

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CRISTINE GERK PINTO CARNEIRO

Brasil Latino Americano

Um estudo sobre a relação entre o Brasil e os demais países latino-americanos

Rio de Janeiro

2006

CRISTINE GERK PINTO CARNEIRO

Brasil Latino Americano

Um estudo sobre a relação entre o Brasil e os demais países latino-americanos

Trabalho monográfico apresentado à
Universidade Federal do Rio de Janeiro
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Comunicação Social.
Orientadora Prof. Dra. Maria Helena Junqueira

Rio de Janeiro

2006

Gerk Pinto Carneiro, Cristine

Brasil Latino Americano. Um estudo sobre a relação entre o Brasil e os demais países latino-americanos.
- Rio de Janeiro, 2006.

Trabalho monográfico (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro; Orientadora Prof. Maria Helena
Junqueira; Rio de Janeiro, 2006

CRISTINE GERK PINTO CARNEIRO

Brasil Latino Americano

Um estudo sobre a relação entre o Brasil e os demais países latino-americanos

Trabalho monográfico apresentado à
Universidade Federal do Rio de Janeiro
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Comunicação Social.

Aprovada em

Aprovada por

BANCA EXAMINADORA

Prof. Maria Helena Junqueira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Fernando Mansur
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Fernando Salis
Universidade Federal do Rio de Janeiro

À minha família, que me incentivou a sempre valorizar a importância da educação, e ao meu namorado Rodrigo, que apóia todos os meus projetos.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Maria Helena Junqueira, pelas lições recebidas.

À autora Maria Nazareth Ferreira, por ter me recebido em sua casa para conversa e empréstimo de livros.

Ao meu namorado, Rodrigo, e à minha mãe, Eliane, pelas sugestões e pelo apoio.

RESUMO

Este estudo parte do interesse em compreender o isolamento afetivo, cultural, social, econômico e político dos brasileiros em relação aos povos dos demais países latino-americanos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e uma meta-análise de dados coletados em diversos livros que tratam do assunto, com destaque para duas publicações sobre o tema, viabilizadas pela autora Maria Nazareth Ferreira. O trabalho aqui apresentado focaliza a ausência de latinidade por parte dos brasileiros, que é analisada através de uma compreensão histórica, jornalística e atual desse quadro. A pesquisa se inicia através de breve histórico das diferenças entre o Brasil e os demais países latinos, desde o período de colonização até o início do Mercosul. A seguir, é realizada uma análise de como os meios de comunicação brasileiros tratam os assuntos relativos aos outros países do continente e vice-versa, além da elucidação sobre a qualidade e a quantidade de informações que os brasileiros têm de seus vizinhos e vice-versa. Por último, avalia-se a situação atual e as novidades que estão surgindo no âmbito da comunicação. O resultado da pesquisa aponta para um incipiente movimento integratório atual, que pode ter conseqüências positivas para o projeto de unificação do continente, se seguir uma vertente mais agregadora. É perceptível que a comunicação colabora para esse distanciamento e concluiu-se que sem um projeto midiático de adesão a integração regional, será muito difícil reverter esta situação.

Palavras-chave: Comunicação. Isolamento. Unificação. Mudanças.

ABSTRACT

This study took place because of the interest in understanding the affective, cultural, social, economic and politician isolation of the brazilians in relation to the people of the others Latin American countries. This academic work brings a bibliographical research and an analysis of datas collected in diverse books that deal with the subject, with prominence for two publications on this matter, that the author Maria Nazareth Ferreira made available. The work presented here focuses the absence of the feeling of being latin on the part of the brazilians, which is analyzed through a historical, journalistic and current understanding of this picture. The research initiates through a historical briefing of the differences between Brazil and the others Latin countries, since the period of colonization until the beginning of the Mercosul. To follow, it is made an analysis about how the brazilian medias deal with the subjects related to the other countries of the continent and vice versa, beyond the briefing on the quality and the amount of information that the brazilians have of their neighbors and vice versa. Finally, it is evaluated the current situation and the new features that are appearing in the scope of the communication area. The result of the research points to an incipient current unification movement, that can have positive consequences for the unification project of the continent. It is perceivable that communication collaborates for this isolation and it is concluded that without a midiatic project of adhesion to the regional integration, it will be very difficult to revert this situation.

Key-Words: Communication. Isolation. Unification. Changes.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	BREVE HISTÓRICO	13
2.1	SOBRE O MERCOSUL	21
3.	DISTÂNCIA COMUNICACIONAL	28
4.	SITUAÇÃO ATUAL	43
5.	CONCLUSÃO	58
6.	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

1 Introdução

O Brasil faz parte de um continente rico em semelhanças históricas, geográficas, sócio-culturais, políticas e econômicas. Os povos latinos sofrem já há muitos anos o mesmo tipo de exploração e caminham sempre simultaneamente em direção aos mesmos processos evolutivos. Entretanto, é fato notável que os brasileiros se sentem destacados do continente onde estão inseridos, como se não fizessem parte dele.

Esse distanciamento é nítido na maneira como a mídia expõe as notícias sobre a América Latina. Ao longo das últimas décadas o espaço dedicado ao assunto tem sido mínimo e recentemente nota-se que, mesmo com um maior espaço, o cunho das matérias segue um viés oposto ao incentivo à integração. Há uma incitação à rivalidade, ao temor e à estranheza, que reforçam ainda mais a sensação de isolamento experimentada.

O nosso país, assim como a maioria dos países latinos, está acostumado há muitos séculos a priorizar as relações com os países desenvolvidos. Até agora ainda não houve uma compreensão clara de que seria muito mais lucrativo e vantajoso para os países da América Latina uma união baseada em amparo mútuo contra a espoliação do capital advindo dos países ricos, de fora do nosso continente. A dificuldade existente em promover essa integração se deve justamente ao fato de que os povos e governantes latinos permanecem isolados afetivamente uns dos outros e alienados sobre a importância dessa congregação de forças.

A mídia, por sua vez, também parece ficar à parte desse projeto, colaborando para a distância e a rivalidade entre esses povos. Aceitando como “natural” o isolamento, ela não busca interferir no sentido de criar novos paradigmas e mudar os rumos dessa desintegração.

O trabalho aqui proposto pretende estudar esse processo de separação e fazer uma análise da relação entre os países em questão. Para isso, ele será dividido em três etapas. Primeiramente, com o objetivo de compreender os motivos que ocasionaram a distância afetiva entre os brasileiros e os povos latino-americanos, serão estudadas de forma sintetizada as razões históricas que delinearam a posição atual dos brasileiros em relação ao continente onde estão inseridos e a impressão dos povos vizinhos em relação ao Brasil. No momento atual essa compreensão histórica se torna ainda mais imperativa pela série de atritos que estão ocorrendo entre os países do continente, vinculados às novas tentativas de integração. Entender quais as diferenças que marcaram a história desse relacionamento pode ser muito útil ao entendimento das questões atuais.

Para compreender a situação de mútua exclusão na mídia (notou-se no trabalho que também pouco se sabe do Brasil nos demais países latino-americanos) e a maneira distorcida como a comunicação trata os vizinhos no continente em que estamos inseridos é igualmente importante que se busque traçar um panorama geral das relações históricas entre o Brasil e os outros países latinos. Existem diferenças significativas que marcam as histórias dos países em questão, desde a colonização, passando pelos seus processos de independência, que podem demonstrar que aspectos fazem com que os países de colonização espanhola se sintam mais identificados entre si, enquanto o Brasil se mantém relativamente à margem desta relação.

Em segundo lugar, após o estudo histórico, se pretende avaliar, no âmbito da comunicação, como os países latinos manifestam sua vinculação na mídia, ou seja, qual o destaque dado aos demais povos latinos nos noticiários brasileiros e vice-versa.

O ponto de partida desta pesquisa foi a constatação alarmante do quão pouco se fala sobre os países latinos nos noticiários brasileiros, inclusive quando importantes acontecimentos políticos e econômicos estão em curso nos mesmos. Os países vizinhos

só são citados por ocasião de grandes tragédias ou graves crises de ampla repercussão internacional, que afetam os interesses brasileiros ou dos países hegemônicos. Não se busca promover uma integração, sobretudo do ponto de vista cultural. Pouco se sabe no Brasil da cultura dos países latinos, enquanto ingere-se diariamente o “american way of life” em quase todos os veículos comunicativos, sobretudo na televisão. Tendo em vista que a mídia opera relacionamentos, é importante compreender este quadro.

Temos assistido atualmente a uma onda maior de aparição do tema América Latina nos noticiários brasileiros e do mundo, entre outros motivos, graças à ação do presidente Evo Morales, da Bolívia, de nacionalizar as empresas petrolíferas do país. A maior incidência de notícias decorrentes desse projeto nacionalista não contesta a tese aqui defendida, já que se trata de um assunto que afeta direta e economicamente o Brasil e não tem por trás nenhuma intenção de integrar, pelo contrário, a maioria das notícias até reforça e incita a desunião entre os países envolvidos no conflito econômico. Além disso, embora haja um destaque a notícias que tratam dos países latinos, a maioria delas traz um cunho problemático, relacionado a confrontos.

Cabe demarcar que o distanciamento tratado aqui não é restrito apenas ao âmbito das comunicações. Nas escolas do continente, a história dos países da América Latina não é tratada com profundidade e nem apresentada sob o prisma de uma visão integrada. Além disso, do ponto de vista turístico por exemplo, com exceção feita ao Caribe, raríssimas são as regiões exploradas pelos brasileiros em seu continente e não é percebido um estímulo a esse tipo de turismo, tratado como inferior e desqualificado.

Por fim, após o estudo das razões históricas e compreensão do quadro de isolamento entre os países latinos que se configura no âmbito da comunicação, pretende-se realizar uma análise de como as relações entre os países latinos estão se modificando atualmente, principalmente do ponto de vista econômico, político e

comunicacional. Esse tópico tem a intenção de atentar para os visíveis indícios de que acontece agora um incipiente processo de aproximação, com novos projetos e tentativas agregadoras, sobretudo políticas e econômicas, mas também no campo comunicacional.

Estas etapas acima descritas estão divididas em três capítulos. No primeiro capítulo, o histórico das diferenças entre os países é iniciado com o período colonizatório. Aspectos diferenciados dos sistemas de colonização, advindos de potências européias distintas que já traziam o peso de sua rivalidade histórica, marcaram o início do distanciamento. Neste contexto, uma das maiores conseqüências foi a adoção de línguas diferentes, o que constituiu barreiras à possibilidade de uma maior aproximação.

O processo contrastante de independência dos demais países latinos e do Brasil também é um traço importante, abordado no primeiro capítulo. Guerras, confrontos, heróis e diferentes etnias também são citados neste trecho do trabalho, com o objetivo de explicitar as causas do distanciamento que foi se configurando na relação entre os países em questão.

Outro ponto abordado neste trecho é a criação e a proposta do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Pretende-se mostrar, através de um curto resumo da história do projeto, como as suas propostas integratórias parecem não “engatar” por completo e mostram-se os tipos de entraves ao plano, atuais e dos últimos anos. A idéia é demonstrar que mesmo as iniciativas de unificação do continente enfrentam dificuldades visíveis, que precisam ser superadas.

O segundo capítulo trata da distância comunicacional, partindo de um estudo da autora Maria Nazareth Ferreira com alunos de escolas brasileiras e de outros países latinos. Fica explicitado que pouco se estuda na escola sobre o continente em que estamos inseridos. Depois, seguem-se uma série de análises e pesquisas que comprovam

o quão pouco se falou de América Latina na mídia nos últimos anos, sobretudo na década de 90, e o pouco destaque dado ao assunto. Assim fica completo o quadro de alienação sobre o continente ao longo da formação educacional do indivíduo.

Ao longo da análise comunicacional são citados alguns pontos importantes, como: o desinteresse por parte dos editores em destacar assuntos latinos em seus jornais, a hegemonia das informações advindas das agências noticiosas internacionais, a ausência de correspondentes internacionais nesses países etc.

No último capítulo, que analisa a situação atual, primeiramente são abordados temas políticos e econômicos que sinalizam as mudanças na região, como a linha nacionalista de atuais presidentes, a proposta do governo atual brasileiro de relacionamento com os países vizinhos e a movimentação atual de maior integração política e econômica no continente.

Posteriormente, partindo para a análise das mudanças midiáticas, a maior aparição da América Latina na mídia atualmente é analisada e são expostos os novos projetos de unificação da região, como os canais de televisão TAL, Telesul e TV Brasil.

A viabilização desse estudo se deu através de ampla pesquisa bibliográfica e meta-análise de dados coletados em diversos livros sobre o assunto, com enfoque para as publicações da autora Maria Nazareth Ferreira: “A comunicação (des) integradora na América Latina “ e “América Latina: A imagem de um continente: na escola e nos meios de comunicação”. Esses livros trazem dados concretos de pesquisas realizadas pela autora, que comprovam o pouco destaque dado a matérias sobre América Latina nos noticiários do continente e o descaso dos editores e professores do Brasil em relação ao tema.

Para a pesquisa histórica, o estudo contou com bibliografia da área, que demarcasse as diferenças apontadas. No capítulo de análise da situação atual, não só

foram utilizados livros, como também se ampliou a pesquisa para jornais, revistas e sites jornalísticos atuais, de onde se pusesse retirar exemplos e modelos que representassem as conclusões abordadas.

1 Breve Histórico

Quando paramos para pensar nos motivos pelos quais ocorreu o isolamento entre o Brasil e os demais países latino-americanos, não podemos deixar de lembrar das raízes históricas dessa distância. Lógico que esses fatores não justificam a fragmentação do continente, mas explicam muitos motivos pelos quais o Brasil se sente de certa forma “destacado” no continente em que está inserido.

Suspeita-se que o princípio fundamental dessa divisão vem do período da colonização. Enquanto todos os outros países sofreram colonização espanhola, o Brasil tinha Portugal como metrópole. Provavelmente isso ocasionou uma apropriação da rivalidade histórica existente entre Portugal e Espanha.

Os modelos de colonização portuguesa e espanhola tinham muitos traços semelhantes, porém apresentavam diferenças marcantes, que são comumente estudadas nas escolas do Brasil e representam um dos poucos tópicos sobre os companheiros latinos abordados em sala de aula. A colonização portuguesa poderia ser classificada inicialmente como distinta da espanhola devido, entre outros motivos, à ausência de um projeto nacional de desenvolvimento da região. O projeto espanhol se definia por uma insistência em assegurar o controle militar, político e econômico da metrópole sobre as terras conquistadas. Essa ênfase desenvolvimentista gerou inúmeros núcleos de povoação estáveis e bem ordenados, que se tornariam futuros centros urbanos das colônias.

A colonização portuguesa se caracterizou por uma feitorização. Até pela ausência de um projeto empreendedor de colonização, a administração portuguesa apresentou um perfil pouco mais liberal do que a administração espanhola. Os portugueses pareciam agir em função de uma rotina, ou seja, da repetição de experiências, o que equivale dizer

que não se projetava anteriormente nada daquilo que seria construído ou desenvolvido em termos de colonização.

De um ponto de vista mais prático é fácil notar as diferenças entre os dois modelos de colonização. A espanhola iniciou-se com a conquista das ilhas do Caribe no final do século XV e começo do XVI. Com o contato dos espanhóis com as civilizações pré-colombianas, as populações nativas foram praticamente exterminadas por causa das guerras, das doenças e da exploração de mão-de-obra. O processo foi semelhante em todo o continente, mas nos demais países latinos, que não o Brasil, esse extermínio teve uma importância maior para a cultura das nações. No México, os astecas foram arrasados em 1519. No Peru, a conquista e a destruição do Império Inca começaram em 1532.

A exploração das minas de metais preciosos foi a principal atividade econômica das colônias espanholas. Sistemas de trabalho forçado eram garantidos pela utilização de mão-de-obra indígena. Por meio do “repartimiento”, a terra era dividida entre os colonos, e, pela “encomienda”, era entregue a eles certo número de índios. Na região andina, pelo sistema da “mita”, uma parcela da população das comunidades indígenas era deslocada temporariamente para o trabalho compulsório nas atividades mineradoras.

A “encomienda” era um sistema de trabalho obrigatório, não remunerado, em que os índios eram confiados a um espanhol, o “encomendero”, que se comprometia a cristianizá-los. Na prática, esse sistema permitia aos espanhóis escravizarem os nativos, principalmente para a exploração das minas.

A “mita” possibilitava a imposição do trabalho obrigatório, durante um determinado tempo, a índios escolhidos por sorteio, em suas comunidades. Estes recebiam um salário muito baixo e acabavam comprometidos por dívidas. Além disso,

poderiam ser deslocados para longe de seu lugar de origem, segundo os interesses dos conquistadores.

A escravização indígena, pela “encomienda” e pela “mita”, garantiu aos espanhóis o necessário suprimento de mão-de-obra para a mineração, porém trouxe para as populações nativas desastrosas conseqüências. De um lado, a desagregação de suas comunidades, pelo abandono das culturas de subsistência, causou fome generalizada. Do outro, as condições de trabalho nas minas provocou uma mortalidade em massa, quer pelo excesso de horas de trabalho, quer pela falta de salubridade a que esses indígenas estavam expostos.

A Casa de Contratação, criada em Sevilha em 1503, detia o monopólio das mercadorias comercializadas entre a Espanha e a América. A administração dos territórios era distribuída entre os quatro vice-reinados (Nova Espanha, Nova Granada, Peru e Rio da Prata) e as três capitanias gerais (Cuba, Guatemala e Venezuela). A fragmentação após o processo de independência da América Espanhola deu origem às atuais nações.

A colonização portuguesa se baseou inicialmente na implantação das capitanias hereditárias e na instalação de sesmarias. O território foi dividido em lotes concedidos a pessoas interessadas e com recursos próprios. Os portugueses não encontraram de início metais preciosos e optaram pela colonização de base agrícola devido às suas experiências nas ilhas do Atlântico (Açores e Cabo Verde). O trabalho utilizado era o escravo negro e o controle era mais fragmentado, embora centralizado sobre as ordens de Portugal. A partir do século XVII, a pecuária, a mineração e as atividades missionárias expandiram a ocupação para o interior.

A forma de ocupação da terra foi através da grande propriedade (sesmarias, que tinham em média entre 6 e 24 km²). O engenho era a unidade produtora a vigorava a

monocultura. O engenho era composto, em sua maioria, por casa-grande, senzala, casa do engenho e capela. Ao mesmo tempo desenvolvia-se a pecuária, que se tornou uma atividade independente do engenho, interiorizando o processo de colonização. O povoamento e colonização do Brasil começaram com a ocupação do litoral mediante a expansão da cultura açucareira.

Não se pode esquecer que a colonização diferenciada pode ter acarretado um sentimento mútuo de alteridade, mas talvez a principal consequência dessa diferença seja que o Brasil acabou sendo o único país a falar outra língua que não o espanhol na América Latina.

A questão lingüística pode ser apontada como um fator de diferença muito importante para este estudo. Podemos atestar quão marcante é a sensação de alteridade provocada por dialetos distintos quando prestamos atenção à experiência de nosso próprio país. No Brasil, um dos traços mais característicos da regionalização é a fala. Diferentes modos de falar, sotaques, termos, gírias, demarcam a fronteira entre quem é carioca, paulista, gaúcho etc.

As pessoas se sentem inseridas em sua comunidade pela língua, pela possibilidade de identificação através de uma comunicação possível e acolhedora. Nota-se claramente que cada “tribo” tem a sua linguagem e se legitima através dela. Aquele que não se insere nessa teia de comunicação, fica sendo qualificado como o “outro”, o “estranho”.

Se isso se dá assim dentro de um país, o que se pode esperar da relação com países de língua semelhante entre si, mas diferente da nossa? A possibilidade de identificação entre os países de língua espanhola fica muito facilitada pela proximidade que a língua promove. E nesse contexto da interação e da troca através da “conversa”, nós é que somos o “outro”.

Embora essas considerações sejam importantes, a questão está longe de ser resumida às bases colonizatórias e suas conseqüências. Muitos outros incidentes ao longo da história do Brasil e dos demais países latino-americanos mostram como esses povos tiveram distinções em termos de postura, escolhas e atitudes. O exemplo mais clássico desta mudança é como o Brasil fez a sua independência e como os outros países a fizeram. Enquanto o Brasil manteve a sua unidade territorial (mesmo com uma desigualdade regional forte), a América Espanhola tomou outros rumos - houve um processo amplo de fragmentação do território. No processo de libertação da América Latina, dominado por guerras que favoreceram a dispersão da autoridade e do poder, pulverizado entre inúmeros caudilhos locais apoiados em terras próprias, apenas o Brasil escapou à fragmentação do poder real, dado o esforço de centralização político-administrativa e a repressão aos movimentos separatistas ou anti-monarquistas.

O Brasil praticamente “comprou” sua independência em um processo pacífico, enquanto todos os outros países a conquistaram penosamente após longas guerras. Por exemplo, na Argentina, os grandes pecuaristas controlavam o poder político antes da independência. A construção do Estado nacional deu-se em torno do conflito entre os unitaristas (burguesia mercantil) e os federalistas (grandes proprietários pecuaristas e agrícolas).

A Independência dos países latinos, com exceção do Brasil, foi marcada por levantes que causaram o desmantelamento do império colonial espanhol. A invasão da Espanha e de Portugal pelos franceses, que destronaram os soberanos dos dois países, relaxou as ligações das colônias com a Coroa. Em 1810 – 1811, apareceram os primeiros movimentos separatistas. Mais tarde, surgiram os grandes heróis da independência: Bolívar transformou Nova Granada na Grande Colômbia (1819), à qual incorporou, depois da vitória de Carabobo, o Equador (1821). Depois da proclamação

da independência do Rio da Prata (1816), José de San Martín libertou o Chile (1817) e proclamou a independência do Peru (1821), no mesmo período em que o general Iturbide triunfava no México.

Começou a surgir um movimento de integração das ex-colônias espanholas, mas as pressões da Inglaterra e dos EUA (preocupados com a sua hegemonia sobre o continente) fizeram fracassar o plano de Bolívar de criar uma vasta confederação latino-americana. Depois do fracasso do Congresso do Panamá, convocado por Bolívar em 1826, a Grande Colômbia fragmentou-se: os novos Estados da América, arruinados pelos conflitos, estavam em situação difícil. As guerras haviam favorecido a dispersão da autoridade e do poder, pulverizado por inúmeros caciques locais e caudilhos apoiados por tropas próprias.

No Brasil o processo ocorreu de forma muito distinta. Em 1820, o regime constitucional foi proclamado pelos portugueses, sendo convocadas em Lisboa as Cortes Constituintes. D. João VI, que desde 1808 se encontrava no Brasil com a família real, aceitou o novo regime, proclamado por seu filho, em 26 de fevereiro de 1821.

Outras diferenças importantes no processo de independência desses países é que, após a independência, eles se tornaram uma República, enquanto o Brasil prosseguiu com o regime monárquico, com Dom Pedro I.

Embora o território latino tenha sofrido um processo de fragmentação após a independência, cabe destacar que essa fragmentação não se deu, pelo menos inicialmente, no âmbito cultural. Segundo a socióloga Lúcia Lippi Oliveira:

[...] os novos países hispânicos vieram a expressar não uma fragmentação, mas, sim, uma incapacidade em prol de uma identidade comum que acabou se apresentando como 'americana'. A ex-colônia portuguesa, por sua vez, venceu a fragmentação pela centralização monárquica que pretendia ser a continuação da civilização européia nos trópicos (OLIVEIRA, 2005, p. 1).

A história dos países latinos foi também marcada por inúmeros conflitos, em que o Brasil tomou parte, que podem ter colaborado para o distanciamento destes países.

Um deles aconteceu entre Brasil e Argentina na disputa pela Província Cisplatina, considerado território estrategicamente importante para o controle da bacia Platina. A província integrava a América Espanhola e tinha sido anexada ao Brasil devido a pressões da espanhola Carlota Joaquina. Liderados pelo general Lavalleja, os guerrilheiros cisplatinos estavam decididos a separar do Império brasileiro a sua terra natal. Em 1825, os revolucionários da Cisplatina conquistaram sua autonomia, e a região passou a integrar a República das Províncias do Rio da Prata (atual Argentina). Em resposta, o governo brasileiro declarou guerra à Argentina. A guerra durou três anos (1825-28) e o conflito foi solucionado com a intervenção da Inglaterra, que terminou usufruindo vantagens da situação. A independência definitiva da Província da Cisplatina foi reconhecida e ela passou a se chamar República Oriental do Uruguai.

Novo conflito externo eclodiu em 1864, envolvendo também Argentina, Brasil e Uruguai, aliados, contra o Paraguai. O país atravessava um excelente período de desenvolvimento interno, que teve início provocado por uma série de restrições que a Argentina tinha feito no comércio com a região, inclusive através do bloqueio de seu comércio externo via bacia do Prata, já que ela tentava manter o país recém-independente ainda sobre seu domínio. Ao contrário do pretendido, após essas medidas, o desenvolvimento econômico do Paraguai acabou se destacando no contexto latino-americano do século XIX.

As origens da Guerra do Paraguai estão ligadas à intervenção do Brasil, em 1851, em um conflito político-militar no Uruguai. Dois grupos, os *blancos* e os *colorados*, lutavam pelo poder no país, apoiados respectivamente pela Argentina e pelo Brasil. Decidido a derrubar o governo de Manuel Rosas, o império brasileiro utilizou o pretexto de que os grandes estancieiros *blancos* estavam invadindo as terras do sul do Brasil.

Em 1864, o Brasil interveio no Uruguai. O presidente do Paraguai, Solano López, interessado em conquistar aliados para a defesa do direito paraguaio à navegação no Prata, apoiou o governo uruguaio. A questão se agravou quando López autorizou o aprisionamento de um navio brasileiro que transportava o governador de Mato Grosso. No mesmo ano, as relações entre os dois países foram rompidas e o Paraguai invadiu o Mato Grosso, declarando guerra ao Brasil.

López acreditou que a Argentina se manteria neutra no conflito e não hesitou em abrir novas frentes de combate. No mesmo ano, porém, o Brasil assinou com a Argentina e o Uruguai o Tratado da Tríplice Aliança. Os aliados tiveram então uma superioridade esmagadora.

Ao terminar a guerra, o Paraguai estava totalmente arrasado. Perdera metade de sua população: velhos, mulheres e crianças representavam a grande maioria dos sobreviventes. O modelo de desenvolvimento dependente, financiado pelo capital estrangeiro, estava vitorioso em toda América do Sul.

Um dado histórico importante, que também marca a diferenciação entre os brasileiros e os demais latinos, é que a importância cultural dos índios, antigos habitantes da terra, não é destacada no nosso país, ainda que eles estejam presentes na nossa herança genética. Enquanto isso, nos países andinos, a presença indígena ainda é visível a olho nu, mesmo depois de todo o massacre vivido na época colonial. A cultura indígena está muito mais presente em outros países latinos, como a Bolívia e o Peru, por exemplo.

As diferenças de perfis e da ascendência dos povos brasileiro e demais latinos são marcantes em sua própria essência. Enquanto os brasileiros são oriundos de uma farta mistura entre negros, europeus e índios, os demais latinos não são tão marcados pela

miscigenação. Além disso, a história dos dois povos mostra que os brasileiros não tiveram tantos episódios de guerras e lutas internas quanto os demais latinos.

O que parece é que, pelo Brasil ter tido inicialmente mais “esperança” de ser apoiado por sua metrópole, já que até hospedou sua corte, em muitos momentos o país se deixou levar por um certo conformismo inerte, que dura até hoje. Além disso, a corrupção e o poder hegemônico dos mais favorecidos parece ter tido maior impacto no nosso país, pelas suas maiores riquezas, proporções e perspectivas, do que em outros países.

Outro aspecto interessante é que o Brasil nunca teve um episódio de profunda solidariedade vizinha, que marcasse a sua história e mudasse os rumos da sua percepção. A Argentina, por exemplo, só compreendeu que era latino-americana no episódio da Guerra das Malvinas, depois de ter sido atacada pela Inglaterra e seus aliados e ter experimentado a solidariedade dos países vizinhos. Além disso, de certa forma, o Brasil sempre se sentiu a margem dos processos integratórios e alguns episódios históricos de fato contribuíram para essa sensação. Basta lembrar que Bolívar, em 1826, propôs a unidade política e cultura da América Hispânica: uma América unida pela língua, em uma só cultura. Essa proposta nunca destacou a presença do Brasil.

Aliás, é importante frisar que, para a maioria dos latinos, os maiores heróis do continente são aqueles que defendiam os interesses e a união latinos, como Bolívar, Che Guevara, San Martín ou Fidel Castro. Já no Brasil, os heróis mais conhecidos e aclamados pelo povo são figuras que defenderam apenas interesses nacionais, como Tiradentes, D. Pedro, Duque de Caxias etc.

Geograficamente, também, muitas diferenças marcam a distância entre o Brasil e os demais latinos. O Brasil tem dimensões muito maiores e tem grande parte litorânea, em contato com o Oceano Atlântico. Graças às suas dimensões, o país possui riquezas

naturais muito mais sobressalentes que os outros países, incluindo a maior floresta tropical do mundo – a Floresta Amazônica. Graças a essas características, o Brasil muitas vezes se colocou e foi percebido como o “gigante” da América Latina, aquele maior destacado e diferente dos demais companheiros.

Embora existam todas essas diferenças, que talvez de certa forma expliquem o porquê da sensação de isolamento dos brasileiros em relação aos seus vizinhos, as semelhanças são muito mais presentes e deveriam ser mais preponderantes. Mesmo tendo vivido estilos diferentes de colonização, todos os países latinos foram colônias européias e sofreram os mesmos tipos de abusos e explorações política, econômica e social. A história foi se movimentando para esses países ao mesmo tempo: colonização, independência, industrialização, populismo, regime militar. Tudo sincronizado e cheio de semelhanças, que não podem ser esquecidas.

2.1 Sobre o Mercosul

É interessante perceber que mesmo identificando claramente que existem muitas semelhanças, as diferenças parecem falar mais alto nas relações entre os países em questão. O exemplo mais notável disso é o Mercosul, que se caracteriza por um projeto de extrema importância e relevância para a região, mas não consegue se estabelecer como deveria. Ou seja, trata-se de um exercício de integração, que parece não “engrenar” - mais um indício do isolamento dos países do continente.

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai assinaram em 26 de março de 1991 o Tratado de Assunção, criando o Mercado Comum do Sul, que constitui o projeto internacional mais relevante desses países.

Os quatro Estados Partes do Mercosul compartilham uma comunhão de valores que encontra expressão nas sociedades democráticas, pluralistas, defensoras das liberdades fundamentais, dos direitos humanos, da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, afirmando um compromisso com a consolidação da democracia, a segurança jurídica, o combate à pobreza e o desenvolvimento econômico e social com equidade.

Com essa base fundamental de concordâncias, os sócios buscaram a ampliação das dimensões dos respectivos mercados nacionais, através da integração, conforme o entendimento de que ela constituiria uma condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social.

Assim, o objetivo primordial do Tratado de Assunção foi a integração dos quatro Estados Partes (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC) e da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes, para alcançar o fortalecimento do processo de integração.

Na Reunião de Cúpula de Presidentes de Ouro Preto, em dezembro de 1994, aprovou-se um Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção - o Protocolo de Ouro Preto - pelo qual se estabeleceu a estrutura institucional do Mercosul, dotando-o de personalidade jurídica internacional.

Em Ouro Preto adotaram-se os instrumentos fundamentais de política comercial comum que regem a zona de livre comércio e a união aduaneira que caracterizam hoje o Mercosul, encabeçados pela Tarifa Externa Comum.

Dessa forma, os Estados Partes iniciaram nova etapa - de consolidação e aprofundamento - em que a zona de livre comércio e a união aduaneira constituíram

passos intermediários para alcançar um mercado único que gerasse um maior crescimento de suas economias, aproveitando o efeito multiplicador da especialização, das economias de escala e do maior poder de negociação do bloco.

O Mercosul é um elemento de estabilidade na região, pois, ao gerar uma trama de interesses e relações, aprofunda os vínculos tanto econômicos como políticos e neutraliza as tendências à fragmentação. Os responsáveis políticos, as burocracias estatais e os empresários possuem um âmbito de discussão, de múltiplas e complexas facetas, onde podem abordar e resolver assuntos de interesse comum.

Os quatro Estados Partes do Mercosul, junto com a Bolívia e o Chile (que atualmente atuam no projeto como países convidados) constituíram o "Mecanismo de Consulta e Concertação Política" no qual se consentem posições comuns em matérias de alcance regional que superam os âmbitos estritamente econômico e comercial.

Na X Reunião do Conselho do Mercado Comum (São Luís, 25 de junho de 1996), foi assinada a "Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no Mercosul", instrumento que traduz a plena vigência das instituições democráticas, condição indispensável para a existência e o desenvolvimento do Mercosul.

Posteriormente, na Reunião do Conselho do Mercado Comum de julho de 1998, os Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e das Repúblicas da Bolívia e do Chile, assinaram o "Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático", por meio do qual os seis países reconhecem que a vigência das instituições democráticas é condição indispensável para a existência e o desenvolvimento dos processos de aproximação e que toda alteração da ordem democrática constitui um obstáculo inaceitável para a continuidade do processo de integração regional.

Na mesma reunião, apresentou-se a "Declaração Política do Mercosul, Bolívia e Chile como zona de Paz", através da qual os seis países manifestaram que a paz

constitui um elemento essencial para a continuidade e o desenvolvimento do processo de integração regional. Nesse sentido, os seis governos acordaram, entre outros pontos, em fortalecer os mecanismos de consulta e cooperação sobre temas de segurança e defesa existentes entre seus países, em promover sua progressiva articulação e realizar esforços conjuntos pelo objetivo do desarmamento nuclear .

O Mercosul foi constituído como uma união aduaneira, fato que marcou mudanças fundamentais para as economias da região. Em primeiro lugar, gerou um compromisso muito importante entre os países, o que se reflete em uma tendência natural ao disciplinamento conjunto das políticas econômicas nacionais, assegurando condutas previsíveis e não prejudiciais para os sócios;

Em segundo lugar, cabe-se atentar para a existência de uma tarifa externa comum. A necessidade de que eventuais modificações dos níveis de produção dos setores produtivos devam ser resolvidas de comum acordo entre as quatro partes impôs um novo estilo às políticas comerciais nacionais. Desse modo, estas devem ser menos discricionárias e mais coordenadas, o que proporciona um marco de maior previsibilidade e certeza para a tomada de decisões dos agentes econômicos;

Em terceiro lugar, é possível afirmar que a nova política comercial comum tendeu a fortalecer e reafirmar os processos de abertura e inserção nos mercados mundiais que atualmente vêm sendo realizados individualmente pelos quatro sócios.

Em quarto lugar, as empresas do mundo todo têm hoje o Mercosul em sua agenda estratégica - a união aduaneira representa um salto qualitativo decisivo para os agentes econômicos. Suas decisões de produção, investimento e comércio têm necessariamente como referência obrigatória o mercado ampliado do Mercosul;

Em quinto lugar, conseguiu-se reduzir o risco para investir no Mercosul, fomentando assim novos investimentos de empresas regionais e estrangeiras que tentam aproveitar as vantagens e as atrações do mercado ampliado.

Embora todo o projeto do Mercosul tenha claramente um escopo admirável e esteja dando certo em alguns fatores, desde sua criação ele enfrenta dificuldades e barreiras, que se constituem em entraves para a realização do projeto integratório. A maioria dos conflitos parte de uma falta de entendimento constante entre Brasil e Argentina – os maiores do acordo. Entre as reclamações estão a acusação da Argentina ao Brasil sobre subsídios a exportação e produção de carne de porco e a insatisfação do Brasil em relação à Argentina sobre a aplicação de medidas de salvaguarda sobre produtos têxteis do Ministério da Economia e obras e serviços públicos. Outro conflito entre Brasil e Argentina se deu pela reclamação feita pelo Brasil à Argentina sobre a aplicação de medidas *antidumping* contra a exportação de frangos inteiros, provenientes do Brasil.

Mas os outros países também enfrentam constantemente conflitos. O Uruguai já apresentou à Argentina reclamações sobre restrições de acesso ao mercado argentino de bicicletas de origem uruguaia. O mesmo país apresentou também reclamação ao Brasil alegando controvérsia sobre medidas discriminatórias e restritivas ao comércio de tabaco e produtos derivados.

Estes são só alguns exemplos do tipo de conflito recorrente na região. Outra discussão gerada em torno do Mercosul foram as assimetrias entre o estágio de desenvolvimento dos integrantes.

Recentemente anunciou-se na imprensa que a Venezuela aderirá ao acordo e fará parte do Mercosul a partir do fim de julho deste ano. Esse novo ingresso no acordo divide opiniões devido à figura polémica de Hugo Chávez, tido por muitos como

impulsivo e autoritário. Chávez poderia ser um contrapeso ao tamanho do Brasil no bloco e ainda dar um componente político à união aduaneira, em detrimento das relações econômicas e comerciais. Por outro lado, ter a Venezuela em uma área de livre comércio – o que deverá ocorrer em até quatro anos – significa agregar um país com um PIB de cerca de US\$ 120 bilhões, rico em reservas de petróleo e gás natural e que desperta a cobiça de empresários e investidores brasileiros de diferentes áreas.

Ao analisar o pedido da Venezuela para entrar no bloco, o Itamaraty abraçou a tese de que , com Chávez no Mercosul, “fica mais fácil controlar seus arroubos e sua ambição de se sobrepor ao Brasil como líder da região”. Alguns técnicos do governo, entretanto, alertam para o risco de o presidente venezuelano estar usando o Mercosul apenas como trampolim para ampliar sua recém criada Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba).

Um pouco antes da adesão da Venezuela ao Mercosul, polêmicas na imprensa sinalizavam a intenção do Uruguai de se retirar do bloco. Colômbia e Peru juntaram-se ao Chile, México e América Central e assinaram acordos comerciais bilaterais com os EUA. O Uruguai ameaçou fazer o mesmo. "O Mercosul é mais um problema do que uma solução para o Uruguai", afirmou recentemente o presidente Tabaré Vázquez, em coletivas de imprensa.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) também demonstrou preocupação com os rumos atuais e apontou, em artigo publicado no jornal uruguaio El País e reproduzido pelo jornal O Estado de S. Paulo, no dia 04/05/06, as causas que para ele estão provocando a agonia do Mercosul. Segundo Cardoso a situação pode se agravar, caso um dos membros do bloco comercial do Cone Sul assine acordos de livre comércio com outros países. Ao mesmo tempo, o ex-presidente se queixou da perda de liderança do Brasil na região, com destaque à falta da intervenção do Brasil na crise

diplomática entre Argentina e Uruguai, causada pela construção de duas fábricas de celulose (uma finlandesa e outra espanhola) no Rio Uruguai, na fronteira entre os dois países.

As obras representam o maior investimento privado da história do Uruguai e são veemente criticadas pelos argentinos, que alegam questões ambientais. Os uruguaios defendem que não há riscos ao meio ambiente porque será utilizada tecnologia de ponta. O governo argentino levou a disputa para a Corte Internacional de Haia.

FHC observou que os países membros nunca se decidiram por uma integração verdadeira, dando mais poderes a uma comissão supranacional, que levasse em consideração a diversidade da população e o peso econômico das nações. Segundo ele, a liderança do Brasil na América do Sul diminuiu na mesma medida em que alguns dos líderes brasileiros começaram a proclamá-la de forma ostensiva. O ex-presidente comentou que os acordos de livre comércio entre os Estados Unidos e alguns países da região estão se proliferando e ressaltou que a agonia do Mercosul aumentará: "Por trás disso está nossa tibieza ao reagir à proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Rejeitamos o acordo global e agora nos vemos diante de uma onda de acordos parciais que desequilibrarão a integração regional", concluiu.

Não somente esses conflitos dificultam a execução do projeto do Mercosul, como também parece claro que o acordo não consegue "engatar", ou seja, não são postas em prática as premissas explicitadas, de modo verdadeiramente eficiente e completo. O Mercosul atualmente não funciona em plenitude, como poderia, e isso é só mais um marco do conflito de interesses na região.

3 Distância Comunicacional

Desde o surgimento da imprensa no nosso continente, percebemos uma falta de iniciativa no sentido de promover uma unificação da região. Esse quadro vem mudando a partir do ano 2000, mas a mudança ainda é incipiente. Muitos aspectos estudados, principalmente nos anos 90, podem ser claramente percebidos atualmente e devem ser tomados como alerta para mudanças.

No livro “América Latina, a imagem de um continente: na escola e nos meios de comunicação”, publicado em 1997, pela professora da USP Maria Nazareth Ferreira, buscou-se entender a que tipo de informações sobre seu continente os estudantes latinos tinham acesso. A pesquisa foi realizada através da aplicação de questionários para estudantes de 2º e 3º graus do Brasil e de mais três países latino-americanos (México, Equador e Colômbia). Em relação ao Brasil, concluiu-se de forma clara que a história latino-americana é praticamente esquecida pelas escolas e universidades. Dessa forma, fica ratificada a influência da mídia nesse assunto, já que os brasileiros ficam restritos às informações recebidas através dos noticiários.

Foram aplicados 780 questionários no México, no Equador e na Colômbia. No caso do México, de onde provinha 62,8% dos questionários, a maioria dos entrevistados tinha menos de 25 anos e cursava o 3º grau. De todos os entrevistados, cerca de 82,94% afirmaram utilizar a televisão como meio primordial de obtenção de informação e entretenimento e 39,48% afirmaram nunca ter trabalhado temas relativos ao Brasil em sala de aula. Geralmente os temas abordados são ligados à geografia, mas também é citada a disciplina história.

Percebeu-se que as informações obtidas através da escola destes países sobre o Brasil são, em sua maioria, muito fragmentadas e dispersas. Isso demonstra que assuntos ligados aos países latinos não são tratados enquanto unidades temáticas e sim de forma isolada, ignorando as semelhanças culturais, históricas e geográficas existentes.

Em relação a informações obtidas nos noticiários, fatos políticos e econômicos do Brasil tiveram penetração maior no noticiário latino, mas mesmo assim os números foram alarmantes. Quando perguntados se sabiam alguma informação sobre o atual presidente do país, 93,99% dos entrevistados não responderam.

Sobre a América Latina, 36,99% dos entrevistados disseram que a melhor maneira de conhecer o continente é através da mídia e 61,53% dos mesmos não acreditam que os países estão integrados econômica e culturalmente. Os fatores econômicos foram apontados como os maiores empecilhos para a integração e os fatores culturais como pontos positivos para a mesma. Muitos afirmaram ainda que só com a ajuda dos países desenvolvidos, a integração poderá ser possível, como se os países latinos fossem incapazes de realizar algo sem a ajuda dos países mais ricos.

Notou-se nas pesquisas que os povos dos países latinos entrevistados têm uma visão do brasileiro como um povo “alegre, corrupto, festivo e amoral”. Temas ligados à corrupção e à prostituição foram muito citados. Além disso, quando perguntados sobre símbolos de integração latina, a língua espanhola foi citada repetidas vezes, o que exclui totalmente o Brasil da identificação.

Aqui no Brasil o quadro também não é muito diferente. As únicas informações comumente trabalhadas nas escolas brasileiras sobre a América Latina entram no currículo escolar básico via História do Brasil. Na realidade, 36,81% dos entrevistados brasileiros afirmaram que não tiveram em sua vida escolar informações sobre a América

Latina. Temas como “as diferenças entre a colonização e a independência portuguesas e espanholas” são os mais presentes nas escolas, mas apenas porque se relacionam com a história do Brasil.

Em relação à mídia, os entrevistados foram contestados quanto à última informação que receberam sobre a América Latina: 42% não responderam. Dos que responderam, 30,04% falaram que a última informação recebida foi sobre o Mercosul. Quando lhes foi pedido para mencionarem um artista latino-americano, 54,44% jovens não conseguiram dar uma resposta e 43,26% deram respostas inadequadas. Nota-se que a veiculação de novelas latino-americanas, mexicanas em sua maioria, contribuiu para acirrar o preconceito contra a produção cultural desses países.

Outros dados explicitam o grau de desconhecimento do brasileiro em relação ao seu continente: 70,28% dos estudantes não souberam citar um escritor hispano-americano (além dos 10,82 que deram respostas inadequadas), 79,17% não souberam citar um livro latino, 71,25% não conheciam nenhum filme e 64,72% não puderam citar nenhuma música.

Dentre os escritores citados, a que obteve mais destaque foi Isabel Allende, que teve suas principais obras transformadas em grandes sucessos de Hollywood, como o filme “A Casa dos Espíritos”. Quanto à ausência de conhecimento dos brasileiros em relação a filmes de origem latina o resultado não surpreendeu, já que, além da dificuldade de acessá-los, a maioria de seus enredos foge aos padrões de ação e entretenimento dos filmes “enlatados” americanos, aos quais o público está acostumado. No campo musical, cabe destacar algumas observações: muitos admitiram conhecer os gêneros musicais famosos do continente, como o tango ou a salsa, mas poucos conseguiram citar músicas. Quando perguntados sobre um símbolo que represente o continente, 43,33% dos entrevistados não conseguiram lembrar de nenhum.

Esse problema da falta de conhecimento por parte dos brasileiros do continente onde estão inseridos é agravado pelo fato de que, mesmo que eles queiram voluntariamente encontrar as informações de seu interesse sobre o continente, eles correm grave risco de não achá-las. Por exemplo, ter acesso a livros que tratem do assunto é tarefa árdua e cansativa em livrarias de grande circuito no Brasil. Encontrar filmes latinos nas locadoras e no cinema brasileiros também não é nada fácil.

Atualmente percebemos que a situação está mudando em alguns aspectos, principalmente pelo fato de que estão ocorrendo mudanças políticas e econômicas de grande impacto no continente. Os noticiários têm dado ênfase às ações de presidentes como Hugo Chávez e Evo Morales, sobretudo porque eles representam uma ameaça aos países desenvolvidos e aos investidores nacionais e internacionais. Mas o fato é que a essência do problema continua: a América Latina ainda é vista de forma estigmatizada e assuntos culturais e positivos nunca estão em pauta. As matérias não são ainda publicadas com o ponto de vista da defesa da integração e sim no sentido da existência de uma ameaça à economia do Brasil e do mundo.

Os sistemas de informação elaborados pelas classes dominantes ao longo da história promoveram a imagem de uma América Latina apática, submissa e desintegrada. Mesmo atualmente, nos processos de integração nos moldes do neoliberalismo, a cultura, por exemplo, é deixada de lado na discussão, o que prejudica profundamente a iniciativa.

Na década de 60, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) buscou estabelecer a criação de agências de notícias e sistemas que intercambiassem notícias entre os países em desenvolvimento. Em 1978, já se notava que esse plano não dera certo. A Comissão MacBride, sob o patrocínio da UNESCO, questionava a ação, quase que exclusiva, do fluxo de informação de uma só

via, dos países desenvolvidos sobre os em desenvolvimento, sobretudo graças às agências noticiosas internacionais. Eles já sinalizavam os perigos de uma dependência cultural.

O que percebemos atualmente é que o conhecimento sobre os países da América Latina passa antes pelos centros de decisão, localizados nos países desenvolvidos. Segundo dados divulgados pela autora Maria Nazareth Ferreira (1995) no livro “A Comunicação des-integradora na América Latina”, os EUA, a CEE (Comunidade Econômica Européia) e o Japão têm uma participação na produção de bens e serviços de informação da ordem de 90%. Das 300 mais importantes empresas do ramo no mundo, 144 são norte-americanas, 80 pertencem à Europa e 49 são japonesas. Das primeiras 75 empresas dos *mass media*, 39 são norte-americanas, 25 européias e sete japonesas. Quatro quintos da informação produzida em nível mundial está concentrada em cinco agências internacionais de notícias (duas norte-americanas e três européias). Segundo o antigo editor da seção internacional do Jornal de Brasília, Ivan Godoy, “Associated Press, United Press International, Reuter, France Press, entre outras, controlam 90,95% de todo o fluxo de informações no mundo” (1997, p. 111).

Aproximadamente 70% dos filmes difundidos pela televisão, cinemas e locadoras na Argentina, Brasil, México e Venezuela, vêm dos EUA. Cada vez mais cresce o vínculo entre as empresas proprietárias de meios de comunicação e as de outros setores da economia.

As notícias publicadas na América Latina ficam, assim, sujeitas aos padrões, conceitos e visões do mundo desenvolvido. O jornalismo reproduz análises, retrospectivas e coberturas sobre a América Latina, realizadas por não latino-americanos.

Sabe-se que somente golpes, agitações políticas, catástrofes e escândalos ganham espaço no noticiário sobre a América Latina. Os esforços feitos por povos dos países em desenvolvimento em busca de um mundo mais igualitário e que preze por uma maior justiça social são excluídos da cena. Num continente aonde poucos vão à escola, os jovens são expostos a este tipo de deturpação da visão da região a uma média de seis horas diárias de programação televisiva. Além disso, mesmo quando vão à escola, o último assunto de que escutam falar é América Latina.

Este desconhecimento dos brasileiros em relação ao continente onde estão inseridos foi comprovado por Maria Nazareth (1997) através de mais de uma centena de entrevistas realizadas em 15 cidades brasileiras e publicadas no livro “América Latina, a imagem de um continente: na escola e nos meios de comunicação”. Segundo a análise dos dados do estudo, ficou confirmada a ausência quase total de conhecimento do povo brasileiro sobre seu continente, naquele período.

Das 14 entrevistas realizadas em Salvador, apenas uma pessoa referiu-se à América Latina e mesmo assim como “eles, os latino-americanos”. Nas cidades de Maceió, Belém e outras, nenhum dos entrevistados conhecia ou ouviu falar sobre América Latina. Em Silveiras (SP), uma entrevistada não foi capaz de citar um só país da região. A única exceção ficou por conta das cidades mais próximas das fronteiras, como as em Mato Grosso, Amazonas e Maranhão. Isso se deve à aproximação promovida pela etnia indígena e pelas semelhanças em gostos musicais.

O jornalismo é atualmente o instrumento do qual o capitalismo financeiro se utiliza para fazer fluir mais rapidamente as informações comerciais e as mercadorias. A notícia é um novo tipo de mercadoria criada por este tipo de jornalismo. O jornal só terá muitos patrocinadores se tiver grande circulação, e para ter grande circulação é preciso

seduzir o público leitor com a mercadoria notícia, ou seja, é preciso atrair muitos compradores com os assuntos que chamam mais a sua atenção.

Nota-se atualmente que os meios de comunicação se tornaram, na maioria dos casos, meros porta-vozes dos interesses dos grupos poderosos. Sua função não é apenas a de noticiar e divulgar fatos que interessem a grande maioria da população e sim a de servir a estes interesses, moldando a natureza dos fatos sociais. A lógica da imprensa tornou-se a de misturar coisas, desorganizar, jogar ao leitor o mundo como um amontoado de fatos desconexos e sem nenhuma lógica. A notícia aparece como um dado solto, desvinculado do seu fundo histórico-social.

É sob esse ponto de vista que percebemos a atuação dos meios de comunicação como um dos grandes entraves para a integração da América Latina: sua principal função tem sido desinformar e alienar, através da manipulação e da distorção da informação sobre e para a América Latina. Servindo a grupos de interesse de fora do continente, os nossos jornalistas trazem para nós, latinos, imagens e histórias que os grupos dominantes selecionam como importantes, sob a ótica de não-latinos. Além disso, muitas vezes essas notícias chegam a nós despedaçadas, deturpadas e manipuladas de acordo com os interesses dos poderosos.

Maria Nazareth Ferreira (1995) colocou em pauta esta discussão, através de entrevistas realizadas com editores das seções internacionais de jornais brasileiros e hispano-americanos, no livro citado anteriormente (*A Comunicação des – integradora na América Latina*). Foram entrevistados os representantes das editorias de cultura e internacionais dos seguintes jornais: *La jornada* (México); *ABC-Color* (Paraguai); *El Tiempo*, *El Espectador e Voz* (Colômbia); *El Comercio* (Peru); *Correio Braziliense*, *Jornal de Brasília* e *O Estado de S. Paulo* (Brasil).

Segundo Nazareth (1995, p. 55), “na ótica dos entrevistados a América Latina, enquanto região significativa do ponto de vista da notícia-mercadoria, é nula, pois quase todos os jornalistas confirmaram que ela não vende jornal”. Os jornalistas destacam que a visão predominante é a que vem dos países desenvolvidos e que se olha para a América Latina de uma forma superficial. Por exemplo, associa-se Colômbia apenas ao tráfico de drogas. A conclusão a que Maria Nazareth chegou é a de que:

[...]a imagem da América Latina refletida nos meios de comunicação não valoriza suas qualidades, não interpreta sua realidade e não divulga a sua cultura (...). A América Latina como um todo, como uma região definida, com seus problemas, seus fracassos e vitórias, com uma cultura múltipla, mas delimitada, não existe para a imprensa. (FERREIRA, 1995, p. 50)

Nos anos 90 percebeu-se que essa visão do continente de fato chegou ao auge. Todos os jornais abordados pela pesquisa afirmaram depender das agências noticiosas transnacionais, as quais são consideradas excelentes fornecedoras do material informativo. A única exceção ficou por conta da agência cubana “La Prensa Latina”, que sofre um bloqueio político praticado pelas empresas jornalísticas do continente.

De uma maneira geral, os jornalistas entrevistados não tinham correspondentes em outros países da América Latina. As agências de notícias, por sua vez, tratam de exportar uma imagem dos latinos como povo preguiçoso, subdesenvolvido e, de forma geral, desvalorizado. E o pior é que, devido à ausência de correspondentes, depende-se do critério das agências para definir o que é importante em termos de América Latina. Graças a essa dependência, os movimentos sociopolíticos latino-americanos veiculados pela imprensa do mesmo continente aparecem sempre como exóticos ou “atrasados”.

Os jornalistas participantes da pesquisa defenderam que o espaço dedicado à América Latina é muito pequeno, porque este tem que competir com as notícias do mundo todo, “muito mais atraentes e importantes, pois são os grandes acontecimentos que são capazes de vender jornais” (FERREIRA, 1995, p.57). Sobra para a América Latina apenas as notícias ligadas a conflitos, catástrofes, corrupção, problemas políticos,

narcotráfico, já que estas “causam sensações muito fortes no leitor”. A cultura, os artistas, os políticos, nada disso é caracterizado como notícia: “A notícia boa não vende”, afirmaram.

Um dos editores entrevistados afirmou que os EUA são o seu maior sócio comercial, e portanto, qualquer decisão da Casa Branca é mais importante que um golpe de Estado com seiscentos mortos na América Latina. Se, para ele, esse deveria ser o procedimento em ocasiões de golpes de Estado desta proporção, imaginem o espaço reservado para a cultura. Quando se trata de cultura, só há destaque para a cultura de “elite”, que está profundamente vinculada à cultura dos países desenvolvidos. Não existe qualquer preocupação com a cultura das populações negras ou indígenas, mesmo em países em que essas etnias representam a maioria.

Os jornalistas entrevistados destacaram que todos estão sujeitos a vários tipos de lobby de empresas americanas, em relação a cinema, discos, shows, livros. Um entrevistado defendeu que só se trabalha com filmes hollywoodianos, porque “O jornal é notícia; se você tiver um filme mexicano, australiano, boliviano em cartaz, você não tem notícia, você não pode comentar uma coisa a que as pessoas não têm acesso”. (FERREIRA, 1995, p. 64)

Cabe fazer uma observação muito pertinente com relação a essa passagem: a relação entre a mídia e os telespectadores não é simplesmente linear. Ela funciona como um círculo, em que os dois se influenciam mutuamente. Ou seja, a maioria dessas pessoas justamente não conhece esse tipo de filme, porque a mídia não dá destaque a ele. E essa situação se transforma em um círculo vicioso: a mídia não dá destaque, portanto ninguém conhece. E como ninguém conhece, a mídia novamente não dá destaque. Como é possível que os filmes alternativos cheguem então ao conhecimento da grande maioria da população? Nota-se que esse é um problema sério até hoje: a

pouca preocupação da mídia em “despertar” o interesse dos latino-americanos em relação à cultura de seu continente.

Quanto à cultura popular, o mesmo jornalista explicou a falta de espaço pela ausência de “continuidade”. Ele destacou que a maioria dessas expressões são amadoras, escassas e sem repercussão para o país todo. O editor de Cultura do Jornal Correio Braziliense, Paulo Pestana, reforçou essa idéia: “Essas atividades acontecem pouco e não são profissionais” (1997, p. 64).

Esse tipo de avaliação negativa por parte dos *mídia* é que faz com que cada vez menos conheçamos a nossa cultura popular e a dos nossos vizinhos, para nos afundarmos a cada dia nos “enlatados” norte-americanos, que não são parte de nossas raízes.

As conseqüências desta linha de pensamento são visíveis: segundo dados de Ismar de Oliveira Soares (1997) no livro “América Latina, a imagem de um continente: na escola e nos meios de comunicação”, os artistas da América Latina são representados em não mais que 2,5% das matérias do caderno 2 do Estado de S. Paulo, enquanto os artistas dos EUA e da Europa ocupam cerca de 54% do espaço, juntamente com os brasileiros (43,5%).

Maria Nazareth Ferreira também desenvolveu o assunto no livro em questão. A autora realizou uma pesquisa em 2.279 artigos do Caderno 2 do Estado de S. Paulo, em um período de seis meses. Os assuntos considerados por Ferreira como de grande projeção eram os ligados a música e cinema, tendo em vista que eles permeavam 42% das matérias.

As matérias sobre os nossos vizinhos foram em sua maioria de tamanho médio e pequeno, publicadas em locais de pouca visibilidade. Cabe ressaltar ainda que as raras

aparições latinas aconteceram em sua maioria quando personalidades ou manifestações de qualquer natureza recebem atenção dos públicos norte-americano e europeu.

Segundo a autora do livro, o Estado de S. Paulo, representante do empresariado paulista, apresentou-se particularmente reticente com uma aproximação com a América Latina, que foi caracterizado pelo seu editor internacional como um continente “retrógrado, distante do Brasil, onde imperam a pobreza e o atraso (...) Onde o Brasil não deve buscar modelos ou alianças”. (FERREIRA, 1997, p.109)

Ferreira (1997) também avaliou os cadernos internacionais dos jornais O Estado de S. Paulo (num período de 6 meses) e Folha de S. Paulo (num período de um mês). O país que apresentou aparição mais periódica é a Argentina, mas mesmo assim as matérias que saíram nos jornais no período analisado foram pequenas notas. Os artigos maiores eram aqueles que abordavam fatos polêmicos ou que atraíam a atenção do leitor. Além disso, as matérias eram colocadas no jornal aleatoriamente, o que impede que o leitor possa acompanhar o desenrolar dos fatos.

Em relação ao Chile foi computado um total de doze artigos no período, sendo dez do Estado de S. Paulo. A maioria também foi de notas breves de cunho sensacionalista ou polêmico e não houve nenhuma periodicidade nas aparições, que foram tratadas de forma superficial.

Cuba só apareceu nos jornais quando o assunto era sua situação econômica, sobretudo nas suas relações com os Estados Unidos, mas sem jamais contextualizar historicamente a situação. Colômbia foi reduzida ao problema do narcotráfico, embora nenhuma matéria tenha tratado com maior profundidade o assunto, por exemplo abordando a relação das ações políticas com os cartéis.

Sobre Haiti quase a totalidade dos poucos artigos encontrados citava violência e desrespeito aos direitos humanos e sobre o Peru foram abordadas, nas raras aparições,

crises políticas e ideológicas da região. Notou-se que, de modo geral, foram pouquíssimos os artigos com fotografias e há casos em que a foto não tem ligação com o texto. Paraguai, Costa Rica, Panamá, Equador e Guatemala praticamente não apareceram. Equador, por exemplo, só foi citado no período analisado em um artigo bastante pequeno.

Como conclusão da pesquisa foi constatado que os discursos referiam-se aos países latinos de forma preconceituosa, sobretudo em relação aos países caribenhos, como Cuba. A América Latina não aparecia como continente onde vivem povos com culturas ligadas umas às outras, mas sim como continente a ser descrito pelas suas diferenças. Até hoje percebemos que é essa a visão que impera nos noticiários: a de uma falta de identificação com os problemas e as vitórias dos vizinhos.

Como análise complementar, foram estudados no mesmo livro os suplementos destinados ao público jovem dos mesmos jornais, já que se trata de um tipo de receptor ao qual se atribui pelo senso comum a responsabilidade futura de guiar os destinos da nação e da sociedade. Além disso, trata-se também de um público muito suscetível às influências externas. Os países latino-americanos pouco apareceram nas várias seções de turismo. Numa das únicas ocasiões uma notícia falava sobre jovens que viajam até as ruínas de Machu-Picchu, no Peru. Entretanto notou-se que a matéria veio atrelada apenas ao interesse de “vender a região”, já que no final da reportagem havia inúmeros pacotes de agências de viagens que levavam o leitor ao local, informações sobre preços e instalações etc. A América Latina parece só aparecer então quando há outros interesses em questão.

De modo geral, também nesses cadernos houve uma baixa incidência de notícias referentes ao continente. A questão da América Latina só foi tratada quando se comentava a condição social de seu povo e a fragilidade de sua economia.

Marcelo José Abreu Lopes, em dissertação de mestrado defendida na USP em 2001, mostrou uma análise gráfica do jornal Zero Hora que reforçou essa impressão. De 31 exemplares do jornal, apenas 2,3% é dedicado ao noticiário internacional. Os assuntos mais freqüentes foram a queda do Airbus em Bahrein, seguido pelo plano Colômbia, a Questão da Chechênia, Nazismo, Cumbre Sul-Americana e as eleições presidenciais norte-americanas. Os menos valorizados foram o processo contra Pinochet, o separatismo basco e a corrupção do senado argentino.

O jornalista Alexandre Barbosa (2006) divulgou recentemente dados de entrevistas realizadas no ano de 2003, com os jornalistas Heródoto Barbeiro, da rádio CBN, Vicente Adorno, da TV Cultura, Igor Fuser, então na Época e José Arbex Jr., do Brasil de Fato. Apenas o diretor do Brasil de Fato apontou também fatos da América Latina como de destaque. Analisando esta pequena amostra de jornalistas de grandes veículos brasileiros, Barbosa notou que as notícias que menos despertaram atenção foram as ligadas à cultura, história e de movimentos sociais indígenas. Por exemplo: a notícia sobre a manifestação de indígenas da cidade mexicana de Montes Azules seria apenas publicada sem destaque por três jornalistas. Um deles a considerou sem interesse para o público e apenas um publicaria com retrancas explicativas.

Barbosa constatou ainda, na mesma pesquisa, que as notícias ligadas a tragédias e conflitos foram as mais aceitas, como protestos na Bolívia, que provocaram mortos e feridos, em que a maioria considerou uma notícia a ser publicada com destaque. Além disso, quando a notícia se referia a algum latino-americano que teve sucesso na Europa ou nos EUA, os jornalistas a colocavam como destaque, mesmo sendo relacionada à área de cultura. Isso aconteceu com uma notícia que dizia que a literatura latino-americana tem seis Prêmios Nobel ou com um registro de um escritor chileno que foi bem vendido na Europa.

Um dos jornalistas entrevistados apontou várias notícias como sendo de sem interesse ao público, como as negociações para assinatura da ALCA. Durante as respostas, o jornalista se justificava dizendo que daria destaque ao que se relacionasse diretamente ao Brasil ou a vizinhos muito próximos, como a Argentina.

Barbosa destacou ainda que as respostas dos jornalistas em relação à pergunta: “Por que tantos assuntos sobre América Latina simplesmente não aparecem nos jornais?” eram sempre parecidas: “Isso não interessa ao público”.

O editor do Jornal Nacional (Rede Globo de Televisão), Wiliam Bonner, ao ser perguntado por mim pelas razões que a América Latina quase não aparece no principal jornal do país, que tem como slogan “o que de mais importante acontece no Brasil e no mundo todos os dias”, respondeu de forma semelhante. Bonner contou que certa vez tentou produzir uma série que contaria aspectos culturais dos países vizinhos, mas a idéia foi substituída por outra série, de cunho científico. Bonner explica: “O público brasileiro não se interessa por isso, eles não vão querer assistir. É uma questão cultural, histórica, não tem como forçarmos essa barra”.

Ferreira questiona esse tipo de resposta de forma enfática:

[...] Como sabem o que é de interesse dos leitores? O que se sabe sobre o gosto do público, sobre a ideologia do público, tem sido usado como desculpa enganosa para encobrir uma política conservadora de manutenção das massas na sua inconsciência. (...) O que o público quer é também aquilo que lhe é sugerido. (1995, p.62)

De fato, se não existe demanda mercadológica por fatos jornalísticos sobre a América Latina, e isto pode ser aceito até certo ponto, por outro, os meios de comunicação já mostraram muitas vezes que têm grandes possibilidades de criar essas demandas a partir do próprio ato de informar. Ou seja, não se pode ignorar o fato de que os *media* também podem interferir na realidade como melhor entenderem.

Segundo Alexandre Barbosa, existem diferentes fatores que se interagem e provocam o distanciamento da imprensa brasileira em relação aos seus vizinhos. As

explicações dadas pelos trabalhos publicados até agora, isoladas uma das outras não seriam suficientes para traçar um cenário preciso das razões para a imprensa brasileira não dedicar espaço qualificado para as notícias da América Latina. Estes fatores são, segundo Barbosa, a formação do jornalista como intelectual, as relações de trabalho dentro da redação, a influência da cultura estrangeira (sobretudo a norte-americana) e a formação histórica do Brasil, que também interfere nos fatores anteriores.

A linguagem utilizada também marca a desvalorização por parte dos *media* em relação aos latinos. Palavras como terroristas, e não guerrilheiros ou insurgentes, demonstram juízos de valor, que não são admitidos por eles.

O grande problema é que os jornais que nadam contra essa correnteza da desintegração muitas vezes sofrem por não contar com apoio econômico, como suporte publicitário ou outros suportes materiais, e acabam entrando em crise.

Os jornais latinos apresentam uma grande dependência de fontes oficiais do governo para fecharem as matérias ligadas ao setor público. A crítica ao governo, seja ela boa ou ruim, fica comprometida se forem usados como únicas fontes de informação assessores vindos da mesma fonte. Juan Jorge Faundes (2006) em seu texto “Jornalismo latino-americano: uma perspectiva estratégica”, afirma que isso torna os jornais de certa forma porta-vozes do poder político. Ou seja, se não partir do governo um desejo de manifestação da integração continental, fica um pouco mais difícil para a imprensa manifestar “espontaneamente” essa defesa.

Faundes afirma no texto que, na Argentina, 45% dos jornalistas receberam "ordens superiores" para não falar de algum assunto ou de uma pessoa. Cinquenta e sete por cento dos jornalistas argentinos foram alvos de tentativa de suborno de grupos econômicos (52,6% dos casos), de algum grupo político (35,1%) ou do governo

(12,4%). São especialmente visados os que trabalham nas editorias de economia, espetáculos, geral e política nacional.

Os jornais da América Latina vivem constantemente crises financeiras que levam a corte de custos e redução do quadro de funcionários. Os grandes jornais acabam optando por não investir em correspondentes internacionais, que na verdade, deveriam ser o diferencial do jornal impresso, que sofre tanta pressão das outras mídias como a TV e a internet na questão da instantaneidade.

A superficialidade é outra grande deficiência existente nos jornais latino-americanos. Grandes jornais em crise, como o Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, tornam-se meros transcritores de press-releases e notas de agências que chegam às redações. A profundidade não é explorada em textos que merecem maior atenção, por custar caro, ou simplesmente por comodismo dos redatores que preferem escrever no aconchego do ambiente com ar-condicionado da redação.

Outro fator que também preocupa, e foi relatado em pesquisas feitas com jornalistas latino-americanos e divulgadas por Faundes no mesmo texto, é a crença de que o papel do jornalista é meramente informativo. Quarenta e cinco por cento dos jornalistas argentinos acreditam que ao jornalista só cabe informar. Eles afirmam que a função crítica é uma consequência da informação. Sem visão crítica, de fato fica difícil que os jornalistas busquem a reversão do quadro de isolamento dentro da América Latina.

4 Situação Atual

[...] Quem viveu e viu, ou mesmo, quem leu ou escutou a história da América Latina, depois da II Guerra Mundial, sabe que nesse início do século XXI está acontecendo algo extraordinário neste continente: talvez uma ruptura revolucionária. (2001 apud BORGES, Atamiro, 2006, p.1)

Em artigo publicado este ano (2006), o jornalista Altamiro Borges retoma esta frase de José Luís Fiori no âmago de suas interpretações sobre o intenso e “alentador” processo de mudanças que está em curso em nosso continente. As recentes vitórias eleitorais de esquerda são algumas das novidades que, segundo Borges, inquietam as elites e atordoam os setores de direita. Borges acredita que a nossa região “está vivendo uma experiência *sui generis* que pode contribuir para alterar a correlação de forças no mundo, evitando que o capitalismo conduza de vez a humanidade à barbárie (..) ou ao seu próprio extermínio” (2006, p.1). Borges destaca uma série de fatos relevantes atuais que sinalizam a mudança.

Cabe enumerar essas mudanças recentes, já que elas estão ocorrendo simultaneamente em vários países da América Latina, incluindo o Brasil. Esses fenômenos políticos e econômicos repetidos são parte de um movimento conjunto de inovação e negação da exploração dominante por parte do continente. Estas mudanças estão alavancando um processo de integração dos países latinos, já que estes percebem intenções comuns e se sentem identificados entre si, e também começam a se refletir nos meios de comunicação, sobretudo do ano passado para cá. Temos visto e ouvido falar muito mais de nosso continente do que antes.

No México, o anúncio do exército zapatista da opção por sua intervenção política incitou a fúria neoliberal. Os levantes populares ganharam destaque por seu caráter massivo e combativo. Nos últimos seis anos, onze presidentes foram depostos na região

em rebeliões na Bolívia, Peru, Equador e Argentina. Em decorrência da desestruturação do trabalho, que acuou o sindicalismo, novos movimentos sociais despertaram e adquiriram capacidade de mobilização popular.

No campo presidencial as mudanças são evidentes. Na Venezuela, a eleição de Hugo Chávez, “um militar rebelde que derrotou a oligarquia em 1998 e passou a estimular os processos eleitorais para consolidar a sua revolução bolivariana” (BORGES, 2006, p. 2), foi o primeiro sinal. No Brasil, Lula, o retirante nordestino e líder grevista preso na ditadura, foi eleito em 2002 num país estratégico para a região. Nestor Kirchner chegou à presidência da Argentina em 2003, com propostas nacionalistas e de crítica à dominação norte-americana. No final de 2005, ocorreu a emblemática vitória do camponês Evo Morales na Bolívia. Seu partido, o Movimento ao Socialismo, fez maioria no Congresso e suas primeiras ações foram de crítica à ingerência dos EUA e de acordos com a Venezuela e Cuba.

O ex-presidente Alan García, do Partido Aprista Peruano, venceu em junho deste ano (2006) o segundo turno da eleição presidencial do Peru. No plano externo, além do acordo de livre comércio com os EUA, García deu indicações durante a campanha de que pretende reforçar os laços com o Brasil, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do Chile, de Michelle Bachelet; e do Uruguai, de Tabaré Vázquez. Os três presidentes foram citados pelo então candidato aprista como representantes da "esquerda responsável" - uma provocação ao presidente venezuelano, Hugo Chávez.

A socialista e ex-ministra da Defesa, Michelle Bachelet, candidata da Concertación - aliança de centro-esquerda, foi eleita primeira presidente mulher do Chile neste ano (2006). Nas questões internas, principalmente em relação a avanços sociais e aos direitos humanos, Bachelet é bem mais progressista que na política externa e na economia, seguindo os passos do ex-presidente, Ricardo Lagos. No Equador várias

lideranças indígenas são cotadas para as eleições presidenciais de outubro - depois que o presidente Lucio Gutiérrez foi deposto em meio a uma crise social, em abril.

Em dezembro, será a vez de Hugo Chávez lutar para continuar seu projeto de república bolivariana e comemorar a "tão sonhada integração da América do Sul". Embora seja cedo para prever o que acontecerá, Chávez obteve uma importante vitória em 2005, ganhando com ampla maioria as eleições legislativas, mesmo com o boicote da oposição.

O presidente Evo Morales começou recentemente um processo de estatização de empresas estrangeiras no país. Esse processo do presidente boliviano tem tido grande destaque na mídia brasileira porque ele nacionalizou recentemente a Petrobras e isso tem implicações amplas na economia do Brasil. Mas o presidente parece estar empenhado num projeto populista de estatização e começou uma aliança com os presidentes Hugo Chávez e Fidel Castro, num projeto que inclui idéias anti norteamericanas, contra a espoliação do capital estrangeiro em detrimento do povo e a favor de uma integração maior do continente. Embora isso tenha provocado uma certa estremecida na relação do Brasil com a Bolívia, o presidente Lula parece entender a apoiar a iniciativa, o que gerou um temor por parte de investidores, sobretudo americanos e europeus, de que uma onda populista e integralista invada o continente.

O "capitalismo andino-amazônico", projeto de poder para durar ao menos 50 anos, começou a ser implementado na Bolívia e pode ser copiado por outros países. O modelo econômico apregoado por Alvaro García Linera, vice-presidente da Bolívia e mentor intelectual de Evo Morales, exige a construção de um Estado forte que regule a expansão da economia industrial, extraia seus excedentes e os transfira às comunidades andinas e amazônicas, que se auto-organizariam.

Mesmo sendo "referência para a classe média", o vice-presidente tem afirmado na imprensa que o governo da esquerda indígena irá iniciar um processo de mudança irreversível para o próximo meio século. Linera defende que o potencial comunitário que vislumbraria a possibilidade de um regime comunitário socialista passa, em todo caso, pelo fortalecimento e enriquecimento das pequenas redes comunitárias que ainda sobrevivem. Isso permitiria poder pensar, em 20 ou 30 anos, numa utopia socialista.

A relação do Brasil com os países vizinhos vem apresentando novidades. O governo Lula sempre admitiu apostar numa política externa mais dinâmica e influente. Günther Maihold (2005), especialista em América Latina da Fundação Ciência e Política, afirmou em entrevista concedida para a jornalista Christiane Wolters, do site Deutsche Welle, que as grandes iniciativas propostas em Brasília ao longo do mandato Lula foram uma política de vizinhança ativa e a tentativa de assumir um papel de liderança no hemisfério sul. Segundo Maihold, o Brasil está se empenhando ativamente em estabilizar os países vizinhos e apaziguar conflitos. Além disso, esse movimento de integração por parte do Brasil também se faz notar na predisposição apresentada por Brasília em assumir custos da integração regional, seja recrutando tropas de paz para o Haiti ou bancando uma infra-estrutura de cooperação regional, seja fazendo concessões à Argentina dentro do Mercosul.

Embora seja notável a iniciativa brasileira na direção de uma maior integração com o continente, esse papel de destaque que o Brasil se auto-atribui incomoda os vizinhos. Andréas Boeckh, especialista em América Latina na Universidade de Tübingen, afirmou na mesma matéria que considera improvável que o Brasil conquiste esta liderança, já que ele acredita que os argentinos não estão muito entusiasmados com isso, além de terem grandes problemas com o Brasil no Mercosul. Segundo ele, os mexicanos também não consideram o Brasil o líder natural na América Latina. Para

Boeckh, o Brasil sempre teve problema em querer jogar numa divisão mais alta do que de fato deveria.

Embora exista esse fato de entrave na iniciativa brasileira de integração, não se pode deixar de notar que o governo Lula tem apresentado essa intenção de forma inédita no Brasil. Em um artigo publicado pelo diário argentino Clarín no dia 03 de abril deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defende a integração energética, viária e de comunicações da América Latina como "único caminho" para a região.

“Sempre estive convencido de que os nossos países só superarão os desafios do desenvolvimento e da desigualdade social quando forem capazes de juntar as suas vozes no âmbito internacional e somar o seu potencial econômico e produtivo”, diz o presidente no texto.

De acordo com o artigo de Lula, para os acordos comerciais que já existem poderem ser postos em prática definitivamente, é necessário "um tecido de conexões energéticas, viárias e de comunicações" entre os países latino-americanos.

Lula disse ainda no Clarín que o continente está avançando na execução de várias obras "que constituem os alicerces de uma verdadeira comunidade regional", ressaltando que o governo do Brasil fez a sua parte: "Por meio do BNDES e do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), do Banco do Brasil, estamos promovendo a exportação de bens e serviços que interessam diretamente à integração continental."

O Mercosul é outro assunto que vem gerado maior aparição da discussão sobre a integração do continente nos noticiários brasileiros, sob esse viés econômico, com enfoque na atuação do país. Conforme tratado no capítulo sobre o Mercosul, ultimamente tem se falado muito de uma questão que vem estremecendo o acordo. Os riscos enfrentados pelo Mercosul se devem principalmente à crise vivida entre

Argentina e Uruguai, devido à construção de fábricas de papel no Uruguai, projeto que conta com a oposição argentina. O Uruguai alega que os investimentos representados pelas fábricas seriam os maiores já feitos no país, mas a Argentina se opõe à construção às margens do rio Uruguai, que separa os dois países, alegando risco ecológico.

Lula está disposto a tentar intermediar o tema de forma diplomática. O líder brasileiro manteve "contatos informais" com a presidente da Finlândia – um dos países que está investindo nas fábricas no Uruguai – para tentar contornar a crise e marcou reuniões com o presidente argentino para falar sobre o assunto. Mas há medo que a discussão se caminhe para um beco sem saída, com a deterioração definitiva das relações entre Montevideú e Buenos Aires.

Por mais que as inúmeras notícias que vem sendo publicadas sobre esse assunto levistem questões de briga e separação entre os países, é importante frisar que algumas delas também têm o aspecto positivo de mostrar o governo brasileiro interessado em manter a paz e a união entre os países do continente e isso pode ser vantajoso para a imagem que os brasileiros têm da nossa relação com os vizinhos.

Alguns projetos recentes também apontam para esse novo plano de integração e estão tendo cobertura midiática. Reunidos em Havana, nos dias 27 e 28 de abril de 2006, Hugo Chávez e Fidel Castro firmaram um plano estratégico para o início da aplicação da Alba, plano destinado a garantir a mais benéfica complementação produtiva alicerçada na racionalidade, o aproveitamento de vantagens existentes numa e noutra parte, a economia de recursos, a ampliação do emprego útil, o acesso a mercados e outras considerações sustentadas numa verdadeira solidariedade que potencializem as forças de ambos os países. A natureza do acordo, inédita na história das relações entre países, pode resultar em algo muito expressivo.

A Alba é uma proposta de integração diferente. Ao passo que a Alca responde aos interesses do capital transnacional e persegue a liberalização absoluta de bens, serviços e inversões, a Alba põe ênfase na luta contra a pobreza e a exclusão social, e, portanto, expressa os interesses dos povos latino-americanos. A Alba se fundamenta na montagem de mecanismos para criar vantagens cooperativas que permitam compensar as assimetrias existentes entre os países do hemisfério. Baseia-se na cooperação de fundos compensatórios a fim de corrigir as disparidades. Por esta razão a proposta da Alba confere prioridade à integração latino-americana e à cooperação entre os blocos sub-regionais. A idéia é identificar espaços de interesse comum que permitam constituir alianças estratégicas e apresentar posições comuns no processo de negociação.

Foram 49 os acordos firmados. Entre eles destaca-se a inauguração em Havana de um escritório da Petróleos de Venezuela (Pdvs) que tem como objetivo a extração, exploração, refino, importação, exportação e comercialização de hidrocarbonetos e seus derivados, bem como o transporte e armazenamento. Cuba será o entreposto para fornecimento desses produtos em todo o Caribe. Também foi inaugurada uma filial do Banco Industrial da Venezuela em Havana, de capital 100% venezuelano. Esta instituição estatal dará uma notável contribuição ao incremento sustentado das relações econômicas e comércio bilateral.

Cuba emitiu uma resolução eximindo de pagamento de direitos aduaneiros as importações cuja origem seja a República Bolivariana da Venezuela e adquirirá a soma inicial de 412 milhões de dólares em produtos venezuelanos com fins produtivos bem como produtos de consumo social. Será inaugurado no presente ano, na Venezuela, 600 centros de Diagnóstico Integral, 600 Salas de Reabilitação e Fisioterapia e 35 Centros de Alta Tecnologia que oferecerão serviços gratuitos de elevado nível profissional. Cuba continuará dando sua contribuição ao desenvolvimento do programa Barrio

Adentro I e II, mediante o qual até 30 mil médicos e trabalhadores da saúde estarão prestando seus serviços já no final deste ano.

Críticos da Alba adiantam que o acordo não dará certo porque não agrega. Questionam sobre quem irá aderir a esse pacto formado logo por Cuba, Venezuela e suas revoluções. Além do mais, acreditam que o próprio nome, bolivariana, já é excludente.

Embora haja alguns fatores de retardo do processo de integração do continente como um todo, não há dúvidas de que ele de fato ocorre. Lúcia Lippi Oliveira (2006) enfatiza que o avanço da pesquisa sobre a América Latina, no Brasil, tem privilegiado a história política e cultural e se expressa em números especiais de revistas que trazem dossiês sobre o tema. Os cursos de pós-graduação em História e em Ciências Sociais das universidades do sul do país são os que apresentam maior ênfase nessa temática. Outro fato que cabe destacar como evento muito importante atualmente que colabora com esse processo é o fato de o presidente Lula ter instituído o ensino obrigatório do espanhol em todas as escolas do país.

Esse fato recente remete a uma série de discussões abordadas por Mário Perini, no livro “A língua do Brasil amanhã e outros mistérios”, de que o português poderia estar evoluindo para um “portunhol”. A tendência foi apontada por um lingüista neozelandês de passagem pelo Brasil, que defende que as línguas mais difundidas, como o espanhol e o inglês, vão se tornar as únicas línguas do mundo dentro de algum tempo. Por isso, segundo ele, há uma expectativa de que o português se misture ao espanhol, formando uma nova língua.

Mário argumenta que essa idéia não se concretizará jamais, já que as pessoas não se limitam a perguntar o que é mais vantajoso linguisticamente a termos comerciais. O ser humano tem um apego muito especial á sua língua, e mudar de língua é uma opção

descartada. Justamente esse apego e identificação grande em relação à língua falada que aumentou o distanciamento entre o Brasil e os demais países latinos. Entretanto, devemos demarcar que simplesmente o fato dessa discussão ocorrer atualmente no meio acadêmico já aponta para uma valorização da influência da língua espanhola na nossa língua e, portanto, de um maior intercâmbio de culturas.

Do ponto de vista da comunicação, assuntos da América Latina têm ganhado maior destaque ultimamente por conta das medidas inovadoras dos atuais presidentes, relacionadas a governos populistas e nacionalistas. Mas cabe questionar se isso não ocorre apenas porque esse assunto interessa aos países dominantes, que temem por suas empresas e investimentos. Não se pode dizer que de fato podemos observar nessa maior incidência de aparições uma motivação de unificação do continente, porque a maioria delas é de caráter informativo e expõe a visão preocupada de países dominantes. Mas, mesmo assim, a semente da discussão está sendo implementada em consequência do decorrer dos acontecimentos.

As recentes medidas nacionalistas têm sido gancho para discussões sobre a integração do continente em alguns jornais, sobretudo em colunas. Mas ainda são poucas as matérias que seguem esse viés de forma analítica e favorável. Tanto essas matérias atuais que falam de América Latina não são marcadas pela intenção de promover a integração social ou cultural, que elas vêm sempre na seção de economia dos jornais e no caso de alguns periódicos, como a Folha de S. Paulo, elas vêm em retrancas críticas, como “Tensão entre Vizinhos”. Ou mesmo no título das matérias, como uma do Valor Econômico, do dia 31/05/06: “Brasil e Chile enfatizam aliança "política" quando região vive momentos de conflito”.

É interessante notar como essa distância afetiva e comunicacional do Brasil em relação a seus vizinhos trouxe consequências atuais, que ficam estampadas na maneira

como a mídia trata determinados assuntos. O caso da nacionalização do gás na Bolívia é um exemplo marcante.

No Brasil, a maioria dos editoriais e comentaristas, sobretudo de tevê, não perderam a oportunidade de imitar as opiniões de seus colegas norte-americanos e lidaram com as decisões de Evo Morales com relação à Petrobras quase como se estivéssemos a um passo da guerra. O tom indignado e apocalíptico do noticiário sobre o assunto chegou a dar a muitos a impressão de uma catástrofe iminente para a economia brasileira e para Petrobras, o que está muito longe da realidade.

Como bem retomou a Revista Carta Capital, do dia 10/05/06, medidas semelhantes já foram tomadas inúmeras vezes por outros países latino-americanos. No México, o processo se iniciou com a estatização do subsolo em 1917 e se completou com a expropriação das empresas estrangeiras em 1938. O Brasil não pode esquecer da campanha “O Petróleo é Nosso” e da nacionalização de 1953, quatro anos depois da Argentina. A Venezuela fez o mesmo em 1975.

Logo que assumiu o cargo de Presidente da Bolívia, Evo Morales afirmou que faria a tal nacionalização, cuja popularidade foi atestada pelo plebiscito de julho de 2004, no qual 92% da população apoiaram a recuperação da propriedade do gás e petróleo na boca do poço. A própria lei de nacionalização de hidrocarbonetos já existe há dez anos. Acontece que até então a economia brasileira não estava sendo ainda afetada e portanto, como de costume, a imprensa e o governo brasileiro não estavam prestando atenção aos que ocorria na vizinhança.

A luta dos bolivianos pelo controle do seu petróleo vem de muito antes. A primeira nacionalização foi em 1937, depois da Guerra do Chaco, com o Paraguai. Na época, a Standard Oil foi expropriada e criou-se a YPF. Em 1969, também a Gulf Oil foi expropriada.

Acontece que só quando a Petrobras e os interesses brasileiros e dos países desenvolvidos foram atingidos, é que a imprensa daqui e do resto do mundo resolveu dar atenção ao que se passa no país. A pobreza que a população local enfrenta e os motivos da nacionalização são deixados de lado, e reina o alarmismo e a preocupação com os investimentos já desembolsados. Se a imprensa brasileira fosse mais atenta aos acontecimentos do nosso continente, talvez o governo brasileiro tivesse prestado atenção no risco que a Petrobras claramente sofria de ter algum prejuízo com o projeto de nacionalização no país.

Mesmo que o discurso dominante na mídia não seja imbuído da intenção de celebrar a importância da integração latina, o “gancho” da questão de Evo Morales estar se aliando no projeto de nacionalização a Hugo Chávez e Fidel Castro têm provocado matérias sobre o tema da integração continental. Até porque os países desenvolvidos estão alarmados com essa possibilidade.

Acontecem atualmente, entretanto, algumas iniciativas no campo da comunicação que de fato estão interessadas em atuar em prol do processo integratório. Trato aqui da viabilização de duas redes de televisão voltadas para esse projeto. Primeiramente cabe citar o projeto recente do canal de televisão TAL (Televisão América Latina). México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, República Dominicana, Porto Rico, Cuba, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai, Brasil e Chile estão unidos neste novo projeto televisivo. O canal TAL é uma rede estratégica de comunicação criada a partir do intercâmbio de conteúdos e ações cooperativas de canais educativos e culturais. O objetivo maior desta iniciativa é fazer uma televisão que seja a expressão das culturas dessa parte do mundo, um canal com o qual todos os latino-americanos se identifiquem e percebam como seu.

Com exibição via satélite, a princípio, e posteriormente a partir de outros meios, o canal pretende promover a integração cultural, social e econômica da comunidade latino-americana, através da troca de informações entre os países membros. Todos os canais educativos e culturais da América Latina serão convidados a participar e terão direitos e responsabilidades iguais. Os conteúdos serão exibidos em espanhol e português, com legendas espelhadas, e os canais associados poderão exibir os programas de seu interesse, originários de seus países.

O TAL veiculará sobretudo programas veiculados a assuntos culturais, como música, dança, teatro, cinema, literatura, artes plásticas, sociedade, personalidades, história, turismo, natureza etc e alguns programas ligados a economia, ciência, tecnologia, saúde e educação. Antes da exibição de cada programa, uma vinheta animada apresentará informações sobre o país produtor da obra.

A Televisão América Latina é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, sem fins lucrativos, que tem por objeto a promoção da integração cultural, social e econômica da América Latina. É ela quem vai gerenciar e desenvolver o projeto de implantação do TAL. O início das operações e a manutenção do canal estão com prazo máximo de 2010 e em processo desde esse ano (2006).

A programação inicial será viabilizada através do acordo de cooperação entre os canais associados e os custos de implantação e operações do TAL serão viabilizados a partir do patrocínio e apoios dos órgãos e empresas de turismo e promoção comercial dos países membros. O patrocinadores serão um número máximo de 10.

Não só o TAL pode ser citado como exemplo de iniciativa televisiva de integração atual. Surge um outro canal – a Telesul – com o intuito de atingir esse mesmo objetivo. A Telesul ou Telesur, em castelhano, é um canal televisivo que nasce de uma evidente necessidade latino-americana: contar com um canal que permita a

todos os habitantes desta vasta região difundir seus próprios valores, divulgar sua própria imagem, debater suas próprias idéias e transmitir seus próprios conteúdos, livre e equitativamente.

A Telesul é uma iniciativa do Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, junto aos governos de Cuba, Argentina e Bolívia, que visa dar uma alternativa comunicacional para toda a América Latina e Caribe, em resposta a hegemonia das grandes corporações estadunidenses, como a CNN.

O novo canal possui correspondentes em Buenos Aires, La Paz, Havana, Brasília, Cidade do México, Montevideú, Bogotá e Nova Iorque. A cobertura do canal atingirá toda a América, Europa Ocidental e norte da África, através do satélite NSS (New Skies Satellite) 806. O acesso a programação, que hoje é de 4 horas diárias, é apenas por canal fechado.

A Telesul ainda está em processo de amadurecimento, mas já encontra represálias por parte do congresso norte-americano, que entrou com uma proposta para intervir na programação da Telesul, através do congressista Connie Mack. O objetivo é evitar uma suposta propagação do antiamericanismo que seria proporcionada pelo canal.

O novo canal, cuja sede é em Caracas, será bilíngüe — espanhol e português — e estimulará a participação de comunicadores populares e dos movimentos sociais.

Vale assinalar ainda que cerca de 40% da programação da Telesul será composta de jornalísticos (noticiários, entrevistas e reportagens). Os outros 60% exibirão material de produtores independentes, de emissoras regionais, comunitárias e universitárias e de organizações sociais. Produções do cinema latino-americano também terão espaço garantido.

O autor da idéia, o Presidente Hugo Chávez Frias, que enfrentou em diversas ocasiões o conservadorismo e a manipulação da mídia tradicional, disse que o objetivo

do novo canal é mostrar a cultura, as lutas e as visões dos povos do Sul. Segundo Chávez, é preciso questionar a hegemonia audiovisual dos valores do Norte, isto é, do imperialismo norte-americano, cujas empresas de comunicação controlam 85% dos fluxos informativos (notícias, TV, rádio, foto, filme, disco etc.).

Engana-se quem imagina que a Telesul é apenas um sonho. Vale assinalar que, para garantir a produção jornalística, já existem sucursais da emissora estruturadas em nove países, inclusive na capital dos Estados Unidos.

Todos os canais de televisão comunitários e públicos que quiserem se conectar poderão fazê-lo por um custo bastante acessível. Em moeda brasileira, a antena a ser instalada custa aproximadamente R\$ 2 mil. Se o telespectador quiser, pode adquiri-la individualmente, sendo necessário que um profissional especializado faça a instalação.

A Telesul é, sem dúvida, um projeto revolucionário em termos de comunicação e possibilitará aos latino-americanos terem acesso à informação sem as deturpações tão comuns na mídia conservadora. Órgãos de imprensa da América Latina, inclusive do Brasil, já fizeram críticas ao projeto antes mesmo de ele se tornar uma realidade. Os grandes proprietários do setor, agrupados na Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), manifestaram-se com argumentos que não resistem à menor análise.

Mário Augusto Jakobskind defende, em artigo publicado no site da ABI, que a Telesul é um projeto “da mais alta importância para a integração dos povos latino-americanos. É, sem dúvida, o sonho de todos os que lutam por um continente integrado e com um sistema de comunicação sem a influência de terceiros, que representam grupos econômicos.” Ou seja, a partir de agora, para os latino-americanos se conhecerem melhor e acompanharem as informações sobre os mais diversos países, não será necessária a CNN, que, como demonstra sua cobertura diária, não prima pela informação isenta, muito pelo contrário.

Vale lembrar que o Brasil já tem também um canal voltado para o público da América do Sul. Trata-se da TV Brasil-Canal Público Internacional, iniciativa do Estado brasileiro que reuniu os três Poderes da República. As TVs Senado, Câmara e da Justiça participam da TV Brasil, que tem, como a Telesul, o objetivo de fortalecer o processo de integração do continente. Não é à toa que volta e meia a grande imprensa conservadora e colunistas amestrados fazem críticas ao projeto, sempre na base de meias verdades ou mesmo mentiras deslavadas. Eles assim procedem toda vez que se sentem ameaçados em termos de concorrência por parte da mídia pública.

A TV Brasil realizou duas transmissões experimentais — uma durante o Fórum Social Mundial, em janeiro; outra no início de maio, durante a reunião de cúpula América do Sul-Países Árabes. O material foi utilizado por 20 emissoras de todo o continente sul-americano.

No âmbito da cultura e, mais especificamente, do cinema o processo integratório também começa a caminhar. No dia 12 de maio deste ano, ocorreu o lançamento oficial do projeto do 1º Festival de Cinema Latino-Americano, que levará às duas salas de exibição do auditório do Memorial, em São Paulo, entre os dias 10 a 16 de julho, mais de cem filmes de diversos países do continente. Além dos filmes, o festival contará com a presença de muitos de seus realizadores, assim como de teóricos e críticos de cinema brasileiros e estrangeiros. Estão previstos cerca de 50 convidados internacionais. O festival terá também oficinas, debates e encontros de setores, como de cineclubes, de agências nacionais de cinema e de organismos multilaterais de fomento.

Atualmente, cinemas classificados como “cult”, como as da rede Unibanco e Estação Botafogo, no Rio de Janeiro, já trazem filmes latinos para os interessados. Ainda é muito pouco o acesso da maioria da população a esses filmes, mas não se pode negar a maior facilidade em relação a tempos passados.

5 Conclusão

O estudo aqui apresentado pretendeu abordar um tema atual, que traz conseqüências visíveis para a América Latina. Como esse assunto está mais do que nunca em pauta, é hora de se tentar entender o quadro de isolamento, tanto histórico como comunicacional, e se buscar formas de reversão deste processo.

A América Latina já sofreu diversas tentativas de projetos integratórios, mas nenhum deles obteve real êxito por serem processos implementados pelo sistema dominante, ou seja, eles pretendiam uma integração a partir de seus interesses, o que causava ainda maior desintegração. A unidade latino-americana é um projeto que terá que passar, necessariamente, pela democratização da sociedade, da política e, sobretudo, da comunicação. E este projeto implica a participação de diversos setores sociais, entre eles, o próprio Estado.

Para as classes mais desfavorecidas da sociedade o projeto de integração se torna um ideal ainda mais longínquo. Como se pode promover uma integração continental, quando essas classes são diariamente esmagadas por divisões raciais, culturais e sociais? E o que é mais integrante: como despertar o interesse dos povos latinos a respeito de um continente que eles pouco conhecem e ao qual não são conectados afetivamente? A alienação ideológica, o baixo nível de consciência política e nenhuma ou imatura consciência nacional são outros fatores que também podem dificultar esse processo.

Uma integração fundada principalmente em termos econômicos e de mercado não envolve a participação das classes menos favorecidas. A integração a ser promovida deve ser ampla e social, reunindo de fato os povos e a cultura da América Latina. Ela

deve ser entendida como um conjunto de ações comumente compartilhadas por um grupo, permeadas por uma identidade comum e uma atitude positiva, no sentido de valorizar as ações interativas em si, e não apenas os resultados econômicos que possam ter.

O primeiro passo para uma integração eficiente é tentar despertar nos latinos um sentimento de interesse por seus vizinhos e de pertencimento ao continente. A mídia pode assumir esse papel integrador a partir da mera exposição mais crítica e analítica da realidade desses países, e não apenas através da reprodução do discurso dominante.

Iniciativas como os canais de televisão Tal e TeleSul são marcos importantes desse interesse pela importância da integração latina, que começa a ser despertado. Esses canais apresentam justamente um projeto de exposição e valorização da cultura, das semelhanças e dos vínculos sociais entre os países em questão. São iniciativas como essas que podem reverter o quadro desanimador que vimos traçado nesse trabalho, sobretudo ao longo da década de 90.

A análise aqui apresentada sobre a incipiente exposição da América Latina no noticiário brasileiro também merece um destaque na conclusão deste estudo. As observações apontadas atentam para o fato de que não adianta a mera exposição, mas deve-se adotar uma mudança de postura em relação a como noticiar nosso continente. A maioria das matérias atuais vem tratando os países vizinhos como amigos duvidosos ou suspeitos com uma espécie de ameaça potencial, isso quando não explícita. Até a parceria de países latinos, como a da Venezuela com a Bolívia, é noticiada como algo alarmista, preocupante, como repetição dos temores dos investidores internacionais.

É hora de tentar rever antigos padrões. De fato, nossas diferenças históricas geraram um distanciamento afetivo que acaba influenciando inclusive na política. De certa forma, acreditamos que parcerias lucrativas só podem surgir quando adotadas com países ricos, que possam nos oferecer mais do que temos. Ocorre que os países

desenvolvidos não estão dispostos a oferecer muito. E mais sincera e realmente podemos lucrar com trocas equânimes do que com ofertas interesseiras.

Isso obviamente não significa romper com os países desenvolvidos e sair do jogo econômico que vigora em nosso cenário mundial. Significa, sim, entender que nossos vizinhos latinos sofreram e sofrem o mesmo tipo de espoliação econômica e social que nós, ao longo dos últimos séculos. Eles almejam atingir patamares mais justos, assim como nós. Muito mais facilitada ficaria essa luta igual, se nos tratássemos e ajudássemos como iguais que somos. Mas de alguma forma o Brasil quer se impor como melhor, e isso pode fazer dele um diferente em prejuízo.

A atual prática política de se auto-definir como superior despolitiza a sociedade, promove o individualismo e corrói as tentativas de unidade. Além disso, o reforço dos *media* aos projetos globalizantes das propostas neoliberais completa o quadro de dependência comunicacional dos países desenvolvidos, de isolamento do nacionalismo, e mais profundamente, de distanciamento em relação ao sentimento latino. Através de um projeto de comunicação verdadeiramente integrador e desbravador dos aspectos culturais, políticos e econômicos que unem os povos do nosso continente é que podemos reverter este quadro de isolamento.

Esse projeto de comunicação não se restringe a veículos midiáticos. A falta de comunicação entre os países de nosso continente se manifesta em muitos sentidos: na desvalorização do turismo, na falta de diálogo político, na dificuldade de acesso a filmes, livros e músicas que nos contem um pouco mais sobre aqueles que tanto podem nos ensinar, inclusive sobre nós mesmos.

Como se sabe, a mídia opera vínculos, promove discussões, pauta diálogos, incita reflexões. Embora não haja historicamente um interesse desperto nos brasileiros sobre os latinos, nada impede que essa curiosidade seja despertada agora, como vem

ocorrendo nos últimos anos. Através das escolas e dos meios de comunicação podemos educar as crianças do nosso país a ao menos considerar a existência e a importância dos países de nosso continente, assim como elas aprendem a considerar outros países muito mais distantes física e socialmente, como Japão, China, Rússia, entre tantos outros.

Tanto valorizamos a diferença do Brasil em relação aos vizinhos na educação no nosso país, que as únicas pautas sempre presentes sobre os países de nosso continente no currículo escolar da maioria das instituições trata das diferenças entre a colonização e a independência das colônias espanholas e portuguesa. Este estudo é válido e importante, mas por que simplesmente fica descartada a história soberana e individual desses países?

Além disso, a apropriação de antigas rivalidades devem ser reavaliadas. A briga antiga entre Portugal e Espanha, as guerras já ocorridas, as disputas. Todas essas questões são passadas e muitos outros incidentes históricos colaboram para a interseção e não para o isolamento.

O desprezo da mídia pelos assuntos latinos na última década e o atual tom das matérias que abordam a “integração” latina (sempre apontando entraves e conflitos) também podem e devem ser superados. O momento do continente é o de rever parâmetros antigos e discutir novas soluções. Por que não levantar essa polêmica também a respeito da atuação da mídia como intermediadora dessa relação?

Assim como o interesse do público alvo influencia as escolhas da mídia, a mídia também influencia o interesse e as escolhas do público alvo. A integração do continente pode nos levar a resultados políticos e econômicos satisfatórios, mas também pode reverter essa visão de destacamento do Brasil do continente aonde está inserido, o que acarreta uma sensação de pertencimento cultural e berço histórico-geográfico.

Referencias Bibliográficas

BARBOSA, Alexandre. **Soy indiferente a ti, América** – [2006]. Disponível em: www.cienciahoje.uol.com.br. Acesso em: 24 janeiro 2006

BORGES, Atamiro. **As vias abertas na América Latina** – [2006]. Disponível em: www.galizacig.com. Acesso em: 24 janeiro 2006

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mercosul está agonizando** – [2006]. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ultimas/economia/noticias/2006/jun/04/103.htm>. Acesso em: 04 junho 2006

COSTA, Antonio Luiz M. C. Uma Ousadia de Sucesso. Carta Capital, São Paulo, n. 392, p. 22 - 31, mai. 2006

COSTA, Rive. **Integração é único caminho para América Latina, diz Lula no Clarín**. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/04/060403_pressreview.shtml. Acesso em: 03 abril 2006

FAUNDES, Juan Jorge. **Jornalismo latino-americano: uma perspectiva estratégica** – [2001]. Disponível em: www.juanartigos.com.br . Acesso em: 07 março 2006

FERREIRA, Maria Nazareth. **A Comunicação (des) integradora na América Latina: Os contrastes do Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: CEBELA , 1995

FERREIRA, Maria Nazareth. **América Latina, a imagem de um continente: na escola e nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: CELACC, 1997

GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural . São Paulo: Editora Nova Cultural, 1998

JAKOBSKIND, Mário Augusto. Artigo sobre a TeleSul. Disponível em: www.abi.com.br
Acesso em: 07 março 2006.

LOPES, Marcelo José Abreu. Resumo de dissertação. Disponível em: <http://servicos.capes.gov.br/capesdw>. Acesso em: 07 março 2006.

MERCOSUL. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?key=1>. Acesso em: 11 maio 2006

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao terceiro Milênio**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1998

OLIVEIRA, Lucia Luppi. **Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina** – [2005]. Disponível em: www.sociologias.com.br. Acesso em: 13 abril 2006

PERINI, Mário A. ; **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

REVISTA Ciência Hoje. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/> . Acesso em: 24 janeiro 2006

REZENDE, Antonio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. **Rumos da História**. Rio de Janeiro: Atual Editora – 1996

TAL TV. Disponível em: <http://www.tal.tv/> . Acesso em: 10 março 2006.

TELESUL. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=18135>. Acesso em: 04 fevereiro 2006

WOLTERS, Christiane. **O Brasil e a hegemonia na América Latina**. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,1617243,00.html>. Acesso em: 10 janeiro 2006